

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Suzano Holding S.A. (“Suzano Holding” ou “Companhia”) é uma holding controladora da Suzano Papel e Celulose (“SPC”) que tem como objeto a fabricação e comercialização, no país e no exterior, de celulose de fibra curta de eucalipto e papel, além da formação e exploração de florestas de eucalipto para uso próprio e venda a terceiros, operação de terminais portuários e participação, como sócia ou acionista, de qualquer outra sociedade ou empreendimento. A SPC é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com ações listadas na BM&F Bovespa S.A. A sede social da Companhia está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo.

A SPC possui unidades fabris nos Estados da Bahia, Maranhão e São Paulo. A comercialização de seus produtos no mercado internacional é realizada através de vendas diretas e, principalmente, por meio de suas controladas localizadas no exterior.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 08 de março de 2017.

1.1 Principais eventos ocorridos na SPC em 2016 e 2015

a) Eventos operacionais

i) Compra de Ativos Florestais, Imóveis Rurais e Outras Avenças

Em 08 de dezembro de 2016, a SPC concluiu a operação objeto do Contrato de Compra e Venda de Ativos Florestais, e de Compromisso de Compra e Venda de Imóveis Rurais e Outras Avenças, pelo qual, dentre outras condições, a SPC comprou da Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré e da COSIMA – Siderúrgica do Maranhão Ltda. parte dos ativos imobiliários e florestais por elas detidos.

Os ativos adquiridos compreendem: i) cerca de 75 mil hectares de imóveis nos Estados do Maranhão e do Tocantins, dos quais cerca de 40 mil hectares são agricultáveis; e ii) as florestas plantadas em tais áreas agricultáveis (“Operação de Aquisição de Ativos Florestais”). O preço total em contrapartida da aquisição dos imóveis e das florestas é de US\$245 milhões (equivalente em moeda nacional a R\$830.354) sendo integralmente liquidado na data do fechamento.

A Operação de Aquisição de Ativos Florestais tem como objetivos: i) aumentar o abastecimento de madeira da Unidade Imperatriz da SPC, para fazer frente à expansão da produção de celulose na referida unidade; ii) reduzir o raio médio das florestas que abastecem a Unidade Imperatriz da SPC; e iii) assegurar, no longo prazo, maior competitividade no custo de madeira da referida unidade.

ii) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”)

Em 28 de novembro de 2016, foi concluída a captação de recursos por meio da primeira emissão de títulos verdes no mercado nacional, em uma operação de CRA da 98ª série da 1ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., no montante de R\$1.000.000, lastreada em Nota de Crédito à Exportação emitida pela SPC.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A operação tem vencimento em 8 (oito) anos, com opção de repactuação no quarto ano e os juros são pagos semestralmente a taxa de 96% do CDI, o menor nível da história brasileira para o mercado de CRAs em operações com prazos semelhantes.

Esta operação tem como objetivo aplicar os recursos captados em projetos que tenham atributos positivos do ponto de vista ambiental, estimulando o desenvolvimento sustentável. A aplicação dos recursos captados pela SPC será monitorada por auditoria especializada independente, que acompanhará a aplicação e o enquadramento dos projetos nas condições de projeto verde. (Nota explicativa 17 item (e)).

iii) Operação de Aquisição de Pequena Central Hidrelétrica (“PCH”)

Em 25 de outubro de 2016, a SPC assinou com a Queiroz Galvão Energia S.A. o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, por meio do qual a SPC adquire a totalidade das ações de emissão da Mucuri Energética S.A., a qual é proprietária de uma pequena central hidrelétrica localizada nos municípios de Carlos Chagas e Pavão, com capacidade de geração equivalente a 19 MW médio, pelo preço equivalente em moeda nacional a US\$14 milhões.

Esta transação depende do cumprimento de certas condições contratuais e legais, dentre elas, a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica, para sua conclusão.

iv) Oferta de *Green Bonds* (“*Senior Notes*”)

Em 07 de julho de 2016, a SPC emitiu no mercado internacional, por meio de sua subsidiária integral Suzano Áustria GmbH (atual denominação da Bahia Sul Holdings GmbH), *Senior Notes* no valor total de US\$ 500 milhões. As *Senior Notes* cumprem com os *Green Bonds Principles* editados pela Associação Internacional de Mercado de Capitais (*International Capital Market Association*).

A SPC pretende utilizar os recursos obtidos para investimentos em projetos sustentáveis nas áreas de gestão florestal, restauração de florestas nativas, manutenção ou desenvolvimento de áreas de preservação ambiental, gestão do uso da água, eficiência energética, energia renovável, redução de gases de efeito estufa, bem como no pagamento de taxas relacionadas à emissão das *Notes*. (Nota explicativa 17 item (f)).

v) Aquisição de florestas de eucalipto

Em 27 de janeiro de 2016, a SPC firmou com a Eco Brasil Florestas S.A. instrumento de compra de florestas de eucalipto com volume estimado de 7.500.000 (sete milhões e quinhentos mil) metros cúbicos de madeira, localizadas no Estado do Tocantins. A transferência da propriedade das áreas florestais ocorre somente quando o Termo de Recebimento de Área é assinado pelas partes, no início do planejamento de colheita das florestas maduras, com idade mínima entre 7 (sete) anos e no máximo 9 (nove) anos contados da data do respectivo plantio.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a SPC realizou adiantamento no montante de R\$30.000 registrados na rubrica de outras contas a receber no ativo não circulante. Os demais valores devidos desta operação serão apurados com base no volume de madeira auferido quando da entrega na fábrica da SPC em Imperatriz/MA.

Esta transação tem como objetivo aumentar o abastecimento de madeira da unidade de Imperatriz, para fazer frente à expansão da produção de celulose na referida unidade.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

vi) Revisão de taxaço e decisáo afirmativa no processo de *dumping*

Em 12 de janeiro de 2016, o Departamento de Comércio dos Estados Unidos da América (“EUA”) proferiu nova decisáo revisando a taxaço antidumping aplicada contra a SPC de 33,09% para 22,16%, a ser aplicada exclusivamente ao papel não revestido cortado (*folio e cut size*) exportado para os EUA.

Em 03 de março de 2016, o *International Trade Commission* (“ITC”) acatou o pedido de revisáo da taxa antidumping e proferiu decisáo complementar ajustando a taxaço para 22,37% contra a SPC.

A SPC solicitará revisóes anuais da taxaço previstas na legislaço pertinente dos EUA.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o reconhecimento das taxas de *dumping* totalizaram os montantes de R\$57.642 e de R\$28.056, respectivamente, sendo apropriados ao resultado do exercício como custo desses produtos exportados e permaneceráo depositados junto ao governo americano pelo menos até decisáo final prevista para o primeiro trimestre de 2017.

vii) Início de produço e vendas da celulose *fluff*

Em 7 de dezembro de 2015, iniciou a produço e vendas da celulose *fluff*, batizada de Eucafluff.

A produço de Eucafluff está concentrada na unidade Suzano da SPC, em São Paulo, e possui a certificação *Forest Stewardship Council* (“FSC”). O investimento de R\$30.000 na modernizaço de uma máquina de imprimir e escrever permitiu a flexibilizaço da produço, tanto para este tipo de papel como de Eucafluff. A capacidade anual de produço dessa máquina é de 100.000 toneladas.

viii) Contrataço de Pré-Pagamento de Exportaço, estruturada na forma sindicalizada

Em 14 de maio de 2015, a SPC, em continuidade ao seu programa de gestão de passivos financeiros (*Liability Management Program*), contratou, por meio de sua controlada *Suzano Pulp and Paper Europe S.A* (“Suzano Europa”), uma operaço financeira de Pré-Pagamento de Exportaço, estruturada na forma sindicalizada, no valor de US\$ 600 milhões, pelo prazo total de 5 anos, com amortizaço de principal a partir do 36º mês e incidência de Libor mais juros, inicialmente de 2% a.a., que poderá variar conforme a classificaço de *rating* de risco da Companhia. (Nota explicativa 17 item (g)).

ix) Aprovaço para fins comerciais do eucalipto geneticamente modificado

Em 9 de abril de 2015, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (“CTNBio”), instância colegiada responsável, dentre outras, pela normatizaço e orientaço técnica referentes às atividades que envolvam a liberaço do uso comercial de organismos geneticamente modificados no Brasil, aprovou o pedido da controlada indireta da SPC, FuturaGene Brasil Ltda. (“Futuragene”), para fins do uso comercial do eucalipto geneticamente modificado com aumento de produtividade - evento H421. Esta decisáo está sujeita a eventuais recursos, na forma prevista na legislaço pertinente.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

b) Eventos societários

i. Operação com Ibema Companhia Brasileira de Papel (“Ibema”)

Em 4 de janeiro de 2016, após o atendimento de todas as condições precedentes e das aprovações de todos os órgãos regulatórios, foi concluída a operação com a Ibema e a Ibema Participações S.A (“Ibemapar”).

A partir dessa data, a Ibema passa a deter a unidade de Embu, em São Paulo e a Ibemapar e a SPC passam a ser acionistas da Ibema, na proporção inicial de 62% e 38% do seu capital social, respectivamente.

O controle da investida é compartilhado (joint venture), sendo o investimento classificado como um negócio em conjunto, reconhecido pelo custo de aquisição de R\$8.000 (aporte de capital) e avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentadas, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros disponíveis para venda, ativos e passivos financeiros e ativos biológicos que são mensurados ao seu valor justo.

A Companhia afirma que todas as informações relevantes à suas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que estas correspondem às utilizadas pela Administração para sua gestão.

2.1.1 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas utilizando informações da Companhia e de suas controladas na mesma data-base, bem como, políticas e práticas contábeis consistentes.

As empresas controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir. No caso de controle compartilhado (*joint venture*) com outras empresas, estes investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas.

No processo de consolidação, os saldos das contas patrimoniais e das contas de resultado correspondentes a transações realizadas com empresas controladas são eliminados, bem como, os ganhos e perdas não realizados e os investimentos nessas controladas e seus respectivos resultados de equivalência patrimonial.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

	Tipo de participação	31/12/2016		31/12/2015	
		Participação no capital		Participação no capital	
		Votante	Total	Votante	Total
		%	%	%	%
Suzano Papel e Celulose S.A.	Direta	99,99	33,72	97,25	32,86
Suzano Pulp and Paper America Inc.	Indireta	100,00	100,00	100,00	100,00
Suzano Trading Ltd.	Indireta	100,00	100,00	100,00	100,00
FuturaGene Ltd.	Indireta	100,00	100,00	100,00	100,00
Suzano Áustria GmbH	Indireta	100,00	100,00	100,00	100,00
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.	Indireta	100,00	100,00	100,00	100,00
Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.	Indireta	100,00	100,00	100,00	100,00
Stenfar S.A. Ind. Coml. Imp. Y Exp.	Indireta	10,00	10,00	10,00	10,00
Sun Paper and Board Limited	Indireta	100,00	100,00	100,00	100,00
Stenfar S.A. Ind. Coml. Imp. Y Exp.	Indireta	90,00	90,00	90,00	90,00
Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda.	Indireta	50,00	50,00	50,00	50,00
Ondurman Empreendimentos Imobiliários Ltda	Indireta	100,00	100,00	100,00	100,00
Amulya Empreendimentos Imobiliários Ltda	Indireta	100,00	100,00	100,00	100,00
Paineiras Logística e Transportes Ltda	Indireta	100,00	100,00	100,00	100,00
Ibema Companhia Brasileira de Papel	Controle conjunto indireto	38,00	38,00	-	-
Premesa S.A.	Direta	99,17	99,17	99,17	99,17
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	Direta	83,33	83,33	83,33	83,33

2.2 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, individual e consolidado, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração, portanto, são consideradas como informações suplementares.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real.

As demonstrações financeiras de cada controlada, que também são aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

a) Conversão de moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para o Real utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos, verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios, são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

b) Controladas no exterior

As controladas localizadas no exterior têm suas demonstrações financeiras individuais realizadas em sua moeda funcional definida.

Quando do processo de conversão para apresentação das demonstrações financeiras consolidadas estas controladas têm seus ativos e passivos monetários convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e as respectivas contas de receitas e despesas são apuradas pelas taxas médias mensais dos exercícios. Já os ativos e passivos não monetários, são convertidos de sua moeda funcional para Reais pela taxa de câmbio da data da transação contábil (taxa histórica).

Os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada sobre os investimentos em controladas no exterior, avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada no processo de conversão para consolidação das demonstrações financeiras da Companhia, são reconhecidos na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial e apresentados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

As taxas utilizadas na conversão das demonstrações financeiras das controladas no exterior estão apresentadas abaixo:

Controlada	País Sede	Nome da Moeda	Moeda	Taxa final		Taxa média	
				31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Suzano Trading	Ilhas Cayman						
Suzano America	Estados Unidos	Dólar Americano	USD	3,2591	3,9048	3,4901	3,3315
Suzano Áustria ^(a)	Áustria						
FuturaGene	Inglaterra	Libra Esterlina	GBP	4,0364	5,7881	4,7465	5,0929
Sun Paper							
Suzano Europa	Suíça	Franco Suíço	CHF	3,2056	3,9284	3,5419	3,4568
Stenfar	Argentina	Peso	ARS	0,2055	0,3016	0,2342	0,3539

^(a) Em decorrência da emissão do *Green Bond*, mencionado na Nota explicativa 1.1 item iv), esta controlada teve sua moeda funcional alterada prospectivamente a partir de 2016 de Euro para Dólar dos Estados Unidos da América. Para aplicar a alteração da moeda funcional, os ativos, passivos, capital e demais rubricas do patrimônio líquido da Suzano Áustria com moeda funcional em Euro em 31 de dezembro de 2015, foram convertidos para Dólares Americanos a uma taxa de câmbio fixa em 31 de dezembro de 2015 de EU\$ 1 para US\$ 1,0840.

2.4 Apresentação de informações por segmentos operacionais

A Administração definiu como segmentos operacionais Celulose, Papel e Imobiliário:

- Celulose: abrange as atividades de produção e comercialização de celulose de mercado de fibra curta de eucalipto e *fluff* para abastecimento essencialmente das demandas do mercado externo, com excedente sendo destinado ao mercado doméstico.
- Papel: abrange as atividades de produção e comercialização de papel para atendimento das demandas do mercado doméstico e mercado externo.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

iii) Imobiliário: abrange as atividades de locação, incorporação, compra, venda e administração de imóveis.

3. Principais Práticas Contábeis

A Companhia, suas controladas e operação controlada em conjunto aplicaram as práticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

As reclassificações nas demonstrações financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2015, foram realizadas para melhor apresentação e comparação com as informações do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

i) no Balanço Patrimonial, o montante de R\$206.454 apresentado no passivo circulante, na rubrica de operações comerciais com fornecedores da SPC foi reclassificado para Empréstimos e Financiamentos, refere-se as operações de risco sacado. Tais operações foram liquidadas ainda no 1º trimestre de 2016.

ii) nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa, o montante de R\$251.543 no consolidado entre as Atividades Operacionais, de Financiamento e de Investimentos, substancialmente composto pelas mesmas operações de risco sacado.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos mantidos em caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimento original inferior a 90 dias a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor.

3.2 Ativos e passivos financeiros

a) Visão geral

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria “ao valor justo por meio do resultado”, onde tais custos são diretamente lançados na rubrica de resultados financeiros. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas não adotam o “*hedge accounting*” previsto nos CPCs 38, 39 e 40.

O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado nas datas de fechamento dos balanços. Na inexistência de mercado ativo, o valor justo é determinado por meio de técnicas de avaliação e essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes,

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

referência ao valor justo de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

O ganho ou perda no reconhecimento inicial de ativos e passivos financeiros, decorrente da diferença entre o valor justo e o valor presente dos fluxos de caixa do instrumento descontado pela taxa contratual, chamado de “*day one profit or loss*”, é reconhecido no resultado de maneira proporcional ao prazo da operação, até que todo o montante seja considerado no vencimento, no caso de o valor justo não ser observável diretamente em mercado aberto.

b) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na rubrica de receitas ou despesas financeiras.

ii) Empréstimos (concedidos) e recebíveis

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na rubrica de receitas ou despesas financeiras.

A Companhia e suas controladas não mantém ativos financeiros que seriam classificados na categoria de investimentos mantidos até o vencimento.

c) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

ii) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, subsequentemente, apresentados ao custo

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

3.3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal faturado na data da venda, acrescidas de variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira. Em razão do prazo médio de recebimento dos títulos o seu valor corresponde ao valor justo.

Com base em análise individual, é constituída provisão para perda provável em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dessas contas a receber em contrapartida a rubrica de despesas com vendas.

3.4 Estoques

Os estoques são demonstrados pelo menor valor médio entre o custo médio de aquisição ou produção, líquido de impostos recuperáveis e o seu valor de realização. As importações em andamento são apresentadas pelo custo incorrido até a data do balanço. O custo da madeira transferida dos ativos biológicos é o seu valor justo acrescido dos gastos com colheita e fretes.

Os saldos dos estoques são apresentados líquidos de provisões para perdas constituídas para cobrir eventuais perdas prováveis identificadas ou estimadas pela Administração.

3.5 Ativos mantidos para venda

Os ativos líquidos não correntes mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Estes ativos são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Eventual perda por redução ao valor recuperável é alocada inicialmente ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes. As perdas decorrentes desta avaliação são reconhecidas no resultado. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados.

3.6 Ativos biológicos

Os ativos biológicos são florestas de eucalipto de reflorestamento, com ciclo de formação entre o plantio até a colheita de aproximadamente sete anos, sendo mensurados pelo valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento de corte, e quaisquer variações no valor justo reconhecidos no resultado na rubrica de outras receitas/despesas operacionais (Nota explicativa 13).

3.7 Investimentos

Investimentos são representados por participações em outras empresas controladas ou controladas em conjunto (*joint venture*) realizados pela Companhia e avaliados pelo método de equivalência patrimonial. A variação cambial sobre investimentos no exterior é classificada como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido e realizada na alienação ou baixa do investimento.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Os ganhos ou perdas decorrentes de transações entre essas empresas são eliminados na consolidação para fins de equivalência patrimonial e no balanço consolidado.

3.8 Combinação de Negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio apurado na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

Transações de aquisição de participação com controle compartilhado sobre acervos líquidos negociados aplica-se orientações, complementares ao CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, do CPC 19 - Negócios em Conjunto e CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimentos Controlados em Conjunto.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma *joint venture* é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da *joint venture* a partir da data de aquisição. O ágio relativo à *joint venture*, se algum, é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, um ativo intangível e tampouco passível de amortização contábil. Outros ativos intangíveis identificados na transação deverão ser alocados proporcionalmente à participação pertencente a Companhia, pela diferença entre os valores contábeis registrados na empresa negociada e seu valor justo apurado (mais valia dos ativos) e estes passíveis de amortização.

3.9 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção líquidos dos impostos recuperáveis, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, deduzido da depreciação acumulada e das perdas prováveis para redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas, quando incorridas.

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada item (Nota explicativa 15) e os bens arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato.

Ativos imobilizados oriundos de contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos pelo menor valor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e as suas controladas realizaram a revisão da vida útil desses ativos com base no uso e na estimativa de uso dos ativos e não identificou necessidade de alteração da vida útil econômica utilizada.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Gastos com manutenção e reparos dos principais equipamentos industriais que não aumentam significativamente a vida útil desses ativos, denominados de gastos com Parada Geral, são apropriados diretamente no resultado do exercício quando incorridos na rubrica de custos dos produtos vendidos.

3.10 Intangível

i) Ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura

O ágio é a diferença positiva entre o valor transferido para aquisição e o valor justo dos ativos líquidos adquiridos de uma empresa. O saldo do ágio deve ser atribuído a uma ou mais unidades geradoras de caixa às quais são submetidas a teste de *impairment* no mínimo anualmente e não é amortizado. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil do investimento incluindo o ágio, uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida tendo como contrapartida o resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável, quando constituída, não pode ser revertida em períodos subsequentes.

ii) Ativo intangível com vida útil definida

Os demais ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização baseados nestas vidas úteis e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando incorridas.

3.11 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”)

A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio é reconhecida como passivo, com base na legislação societária e no estatuto da Companhia, até o limite dos dividendos mínimos obrigatórios. A parcela excedente dos dividendos declarada pela Administração é apresentada na rubrica de dividendos propostos, junto das reservas de lucros no patrimônio líquido. Quando o valor excedente é aprovado pelos acionistas a parcela é transferida para o passivo circulante.

3.12 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

3.13 Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributáveis, vigentes na data do balanço, dos países onde a Companhia e suas controladas atuam e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.14 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são registrados somente quando decisões judiciais favoráveis à Companhia e suas controladas foram transitadas em julgado e cujo montante possa ser mensurado com segurança.

Passivos contingentes são reconhecidos observando os seguintes critérios: i) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda remota, não são provisionados e nem divulgados; ii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda possível, não é constituída provisão, porém, são divulgadas nas notas explicativas; e iii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda provável, é constituída provisão em montante considerado pela Administração e seus assessores jurídicos suficiente para cobrir os desembolsos de caixa futuros.

3.15 Provisões

Constitui-se uma provisão em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação e são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O passivo atuarial é avaliado por atuário independente, para determinação dos compromissos com os planos de assistência médica e seguro de vida oferecidos aos empregados ativos e aposentados, ao final de cada exercício.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os juros incorridos sobre o passivo atuarial são contabilizados diretamente no resultado na rubrica de despesas financeiras.

3.16 Pagamento baseado em ações

Os executivos e administradores da Companhia e suas controladas recebem parcela de sua remuneração na forma de planos de pagamento baseado em ações com liquidação em dinheiro e com liquidação em ações, com alternativa de liquidação em dinheiro.

As despesas com os planos são inicialmente reconhecidas no resultado em contrapartida a um passivo financeiro, durante o período de aquisição (carência) quando os serviços são recebidos. O passivo financeiro é mensurado pelo seu valor justo a cada data de balanço e sua variação é registrada no resultado como despesas administrativas.

Na data de exercício da opção e na situação de tais opções serem exercidas pelo executivo para recebimento de ações da SPC, o passivo financeiro é reclassificado para uma conta no

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

patrimônio líquido da SPC denominada “Reserva de opção de compra de ações”. No caso de exercício da opção em dinheiro, a SPC liquida o passivo financeiro em favor do executivo.

3.17 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente e de que serão auferidas. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do período de fruição do benefício e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

3.18 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e não foram registrados ajustes desta natureza.

3.19 Receita operacional

As receitas de vendas estão apresentadas líquidas dos impostos, devoluções, descontos incondicionais e bonificações a clientes. A receita proveniente de venda dos produtos é reconhecida quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a SPC não detém mais envolvimento com o produto vendido e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a seu favor. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

Adicionalmente, a SPC comercializa de forma indireta, como subproduto do processo industrial o excedente de energia elétrica produzido.

3.20 Transações com partes relacionadas

Para realização de operações e negócios com partes relacionadas é determinado que se observe os preços e condições usuais de mercado para estas transações, bem como as práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia e suas controladas e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

3.21 Estimativas, julgamentos e premissas contábeis relevantes

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas, julgamentos e premissas contábeis com relação ao futuro que afetam a aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas de forma contínua e qualquer alteração em suas bases são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e premissas utilizadas na aplicação das políticas e práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material estão apresentados a seguir:

i) Mensuração do valor justo

A Companhia e suas controladas selecionam métodos e utilizam julgamentos nas premissas que utilizam na determinação do valor justo, bem como, na definição dos cenários da análise de sensibilidade.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação (Nota explicativa 4.7).

Alterações significativas nas premissas utilizadas podem afetar a posição patrimonial da Companhia e suas controladas.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos materiais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i) Nota explicativa 4 – Instrumentos financeiros e riscos;
- ii) Nota explicativa 13 – Ativos biológicos;
- iii) Nota explicativa 20 – Passivos atuariais;
- iv) Nota explicativa 21 – Plano de remuneração de longo prazo baseado em ações.

ii) Instrumentos financeiros (derivativos e não derivativos)

Para determinação do valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercado ativo são utilizadas técnicas de avaliação pela empresa.

A Companhia e suas controladas utilizam operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise do fluxo de caixa e outras que contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração. A Companhia e suas controladas também utilizam seu julgamento para definir os cenários apresentados na análise de sensibilidade (Nota explicativa 4).

iii) Ativos biológicos

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos de florestas é realizado com uso da metodologia do fluxo de caixa descontado, onde são utilizadas diversas premissas econômicas e florestais críticas com alto grau de julgamento (Nota explicativa 13).

As principais premissas e julgamentos críticos que se destacam são: i) o preço médio de venda – R\$/m³; e ii) incremento médio anual – IMA – m³/hectare.

iv) Vida útil e valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A vida útil dos ativos tangíveis relevantes foi definida por peritos independentes e nas especificações dos fabricantes das máquinas e equipamentos, no nível de operação das plantas industriais e na qualidade da manutenção preventiva e corretiva. Os ativos intangíveis de vida útil definida são embasados em laudos de avaliadores independentes. Todos estes materiais envolvendo alto grau de julgamento e incertezas.

Caso ocorram eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros, a Administração realiza uma reavaliação e ajusta sua vida útil de acordo com a nova perspectiva (Notas explicativas 15 e 16).

v) Arrendamento mercantil

A Companhia e suas controladas no decorrer do curso normal de suas operações pode vir a celebrar contratos comerciais junto a determinados fornecedores para suportar parte do seu processo produtivo. Neste ponto haverá exercício de julgamento sobre os aspectos gerais do contrato e operação para determinação se um contrato contém um arrendamento e a sua classificação (Nota explicativa 18).

vi) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia e suas controladas.

Essas estimativas estão contidas em planejamento de longo prazo, que é revisado anualmente pela Administração e submetido para a aprovação do Conselho de Administração. Esse plano é elaborado utilizando variáveis macroeconômicas, como câmbio e taxa de juros; variáveis do segmento de mercado, como curvas de oferta/demanda esperadas e preços de venda projetados; variáveis operacionais, como custos de produção e volumes de produção esperados. O conjunto destas variáveis denota o grau de julgamento da Companhia e suas controladas sobre a previsão destas premissas e incertezas quanto a sua realização.

A Administração entende, com base nas projeções de resultado e resultados auferidos que a realização dos créditos diferidos ativos é provável (Nota explicativa 12).

vii) Passivos contingentes e processos legais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais e trabalhistas decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os montantes das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Administração e com base em pareceres de seus assessores jurídicos externos, onde é exercido julgamentos por parte destes assessores para avaliação (Nota explicativa 19).

viii) Passivo atuarial

A Companhia e suas controladas possuem compromissos atuariais de benefícios pós-emprego referente a assistência médica a ex-colaboradores. Tais compromissos e custos tem dependência de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as quais as mais relevantes são:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

taxas de desconto, inflação de longo prazo, variação de custos médicos e hospitalares, e variabilidade na tabela atuarial aplicada, as quais implicam certo grau de julgamento para com as premissas adotadas.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente por peritos independentes e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas (Nota explicativa 20).

3.22 Novas normas, revisões e interpretações ainda não vigentes

Foram emitidas e aprovadas as seguintes normas contábeis pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia e suas controladas não as adotaram de forma antecipada para a preparação destas demonstrações financeiras, visto que o CPC ainda não emitiu os pronunciamentos equivalentes.

A Administração está em processo de avaliação e mensuração dos impactos na adoção das seguintes normas:

i) IFRS 9 Instrumentos financeiros – Substitui as orientações existentes na IAS 39, exceto para o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros e, inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requerimentos sobre a contabilização de *hedge*. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia e suas controladas estão avaliando as mudanças introduzidas por esta nova norma e com base nas análises realizadas até o fechamento destas demonstrações financeiras, não identificou mudanças com impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

ii) IFRS 15 Receita de contratos com clientes - Substitui as orientações existentes na IAS 18/IAS 11, e determina essencialmente que a receita passe a ser reconhecida, não mais pela transferência de riscos e benefícios ao cliente, mas pela transferência de controle, onde o atingimento de obrigações de performance, reconhecidas ao longo do tempo ou em determinado momento, identificadas nos contratos firmados é determinante para avaliação da contraprestação que a empresa espera receber em troca do controle desses bens ou serviços, e portanto a parcela da receita a ser reconhecida. A IFRS 15 é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia e suas controladas estão avaliando as mudanças introduzidas por esta nova norma e com base nas análises realizadas até o fechamento destas demonstrações financeiras, não identificou mudanças com impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

iii) IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil - Substitui as orientações existentes na IAS 17, e determina essencialmente que os arrendatários passam a ter que reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso do bem arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, assim contratos de arrendamento financeiro e operacional passam a ter o mesmo tratamento contábil, ficando fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia e suas controladas, com base em avaliações preliminares, entendem que o maior impacto produzido por esta norma está relacionado ao reconhecimento no balanço dos contratos de arrendamento de terras utilizadas

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

para formação de florestas de eucalipto, com prazos de vigência de até 3 ciclos de formação florestal, em torno de 21 anos (Nota explicativa 18.3).

4. Instrumentos financeiros

4.1. Gerenciamento de riscos financeiros

a. Visão geral

A Administração da Companhia e de suas controladas estão voltadas para a geração de resultados consistentes e sustentáveis ao longo do tempo. Fatores de risco externos relacionados a oscilações de preços de mercado, variações cambiais e de índices macroeconômicos podem introduzir um nível indesejado de volatilidade sobre a geração de caixa e resultados da Companhia e suas controladas. Para administrar esta volatilidade, de forma que não distorça ou prejudique o crescimento consistente da Companhia e de suas controladas no longo prazo, a SPC dispõe de políticas e procedimentos para a gestão de riscos de mercado.

Tais políticas visam: i) proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da SPC contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção, ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não ("riscos de mercado") aos quais o valor dos ativos, passivos ou geração de caixa da SPC estejam expostos; e ii) otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, tomando partido de *hedges* naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente. As operações financeiras contratadas pela SPC têm como objetivo a proteção das exposições existentes, sendo vedada à assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes das atividades operacionais da SPC.

O processo de gestão de riscos de mercado compreende as seguintes etapas sequenciais e recursivas: i) identificação dos fatores de riscos e da exposição do valor dos ativos, fluxo de caixa e resultado da Companhia e suas controladas aos riscos de mercado; ii) mensuração e comunicação dos valores em risco; iii) avaliação e definição de estratégias para administração dos riscos de mercado; e iv) implementação e acompanhamento da performance das estratégias.

A Companhia e suas controladas utilizam os instrumentos financeiros mais líquidos e: i) não contratam operações alavancadas ou com outras formas de opções embutidas que alterem sua finalidade de proteção (*hedge*); ii) não possuem dívidas com duplo indexador ou outras formas de opções implícitas; e iii) não tem operações que requeiram depósito de margem ou outras formas de garantia para o risco de crédito das contrapartes.

Os principais fatores de riscos financeiros considerados pela Administração são:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Risco de taxas de câmbio;
- Risco de taxas de juros;
- Risco de oscilações de preços de commodities; e
- Risco de capital.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A Companhia e suas controladas não adotam a modalidade de contabilização hedge accounting. Dessa forma, todos os resultados (ganhos e perdas) apurados nas operações com derivativos (encerradas e em aberto) estão integralmente reconhecidos nas demonstrações consolidadas do resultado dos exercícios, e apresentados na Nota explicativa 25.

b. Avaliação

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações trimestrais da Companhia e suas controladas e apresentadas abaixo. Durante o exercício não houve nenhuma reclassificação entre as categorias:

		Consolidado		Controladora	
	Nota	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.654.578	1.786.396	33.805	302.162
Aplicações financeiras	6	2.080.615	970.850	-	-
Ganhos não realizados em operações com derivativos		444.180	195.393	-	-
Empréstimos e recebíveis					
Contas a receber de clientes	7	1.622.559	1.886.297	-	-
		5.801.932	4.838.936	33.805	302.162
Passivo					
Passivo pelo custo amortizável					
Fornecedores		582.918	581.477	-	-
Empréstimos e financiamentos	17	14.013.738	14.930.051	959	12.709
Compromissos com aquisição de ativos		694.855	824.864	-	-
Valor justo por meio do resultado					
Perdas não realizadas em operações com derivativos		471.478	635.131	-	-
		15.762.989	16.971.523	959	12.709

c. Valor justo versus valor contábil

Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como caixa e bancos, empréstimos e financiamentos, apresentam-se pelos seus valores contratuais. As aplicações financeiras e os contratos de derivativos, utilizados exclusivamente com finalidade de proteção, encontram-se avaliados pelo seu valor justo.

Para determinação dos valores de mercado de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e líquidos, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços. O valor justo dos *swaps* de taxas de juros e índices é calculado como o valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, descontados às taxas de juros correntes disponíveis para operações com condições e prazos de vencimento remanescentes similares. Este cálculo é feito com base nas cotações da BM&FBovespa e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") para operações de taxas de juros em Reais, e da *British Bankers Association* e *Bloomberg* para operações de taxa *London InterBank Offered Rate* ("Libor"). O valor justo dos contratos futuros ou a termo de taxas de

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

câmbio é determinado usando-se as taxas de câmbio *forward* prevalecentes nas datas dos balanços, de acordo com as cotações da BM&FBovespa.

Para determinar o valor justo de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados de balcão ou sem liquidez, são utilizadas diversas premissas e métodos baseados nas condições normais de mercado (e não para liquidação ou venda forçada) em cada data de balanço, incluindo a utilização de modelos de precificação de opções, como *Black & Scholes*, e estimativas de valores descontados de fluxos de caixa futuros. O valor justo dos contratos para fixação de preços de celulose é obtido através da cotação de preços para instrumentos com condições e prazos de vencimento remanescentes similares, junto aos principais participantes deste mercado. Por fim, o valor justo dos contratos para fixação de preços de *bunker* de petróleo é obtido com base nas cotações do índice *Platts*.

O resultado da negociação de instrumentos financeiros é reconhecido nas datas de fechamento ou contratação das operações, onde a SPC se compromete a comprar ou vender estes instrumentos. As obrigações decorrentes da contratação de instrumentos financeiros são eliminadas das demonstrações financeiras da SPC apenas quando estes instrumentos expiram ou quando os riscos, obrigações e direitos deles decorrentes são transferidos.

A comparação entre o valor justo e o valor contábil dos instrumentos financeiros em aberto pode ser assim demonstrada:

	Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	1.654.578	1.654.578	1.786.396	1.786.396
Aplicações financeiras	2.080.615	2.080.615	970.850	970.850
Ganhos não realizados em operações com derivativos (circulante e não circulante)	444.180	444.180	195.393	195.393
Contas a receber de clientes	1.622.559	1.622.559	1.886.297	1.886.297
	5.801.932	5.801.932	4.838.936	4.838.936
Passivo				
Fornecedores	582.918	582.918	581.477	581.477
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	14.013.738	14.335.784	14.930.051	15.640.040
Compromissos com aquisição de ativos (circulante e não circulante)	694.855	700.754	824.864	636.504
Perdas não realizados em operações com derivativos (circulante e não circulante)	471.478	471.478	635.131	635.131
	15.762.989	16.090.934	16.971.523	17.493.152

4.2 Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas possuem o direcionamento de manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo honrar os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto que o excedente é investido em aplicações financeiras de alta liquidez.

A seguir é apresentada a maturidade dos passivos financeiros com liquidação em caixa, incluindo estimativas de pagamentos de juros e variação cambial. Referentes ao prazo restante na data-base das demonstrações financeiras até o prazo de vencimento contratual.

Os valores abaixo divulgados são os fluxos de caixa não descontados contratados e, portanto, podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Consolidado	31/12/2016					
	Valor contábil total	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Empréstimos e financiamentos	14.013.738	17.263.569	2.232.176	3.215.833	9.356.691	2.458.869
Fornecedores	582.918	582.918	582.918	-	-	-
Compromissos com aquisição de ativos	694.855	806.967	87.239	9.517	190.616	519.595
Derivativos a pagar	471.478	386.459	245.865	130.787	9.807	-
Outras contas a pagar	203.485	203.485	189.269	14.216	-	-
	15.966.474	19.243.398	3.337.467	3.370.353	9.557.114	2.978.464

Consolidado	31.12.2015					
	Valor contábil total	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Financiamentos e empréstimos	14.930.051	18.884.342	3.097.161	2.337.577	9.733.487	3.716.117
Fornecedores	581.477	581.477	581.477	-	-	-
Compromisso com aquisição de ativos	824.864	882.051	109.948	106.316	286.358	379.429
Derivativos a pagar (a)	635.131	782.808	289.603	273.558	219.647	-
Outras contas a pagar	327.783	327.978	327.825	153	-	-
	17.299.306	21.458.656	4.406.014	2.717.604	10.239.492	4.095.546

4.3 Risco de crédito

A SPC possui políticas comerciais e de crédito, determinadas pela Administração, que tem como objetivo mitigar eventuais riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes. Isto é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), e diversificação das vendas (pulverização do risco), além da obtenção de garantias ou contratação de instrumentos financeiros que reduzam estes riscos, como apólices de seguro de crédito, tanto para exportações como para vendas no mercado interno.

A matriz de avaliação de crédito da SPC é fundamentada na análise de aspectos qualitativos e quantitativos para atribuição de limites de crédito aos clientes de forma individualizada. Após análise são submetidos à aprovação conforme hierarquia pré-definida, sendo aplicável em alguns casos aprovação da diretoria em reunião e Comitê de Crédito.

A SPC provisiona todos os títulos de clientes em aberto vencidos há mais de 90 dias e não renegociados, desde que não existam garantias reais. Também são provisionados os títulos em aberto de clientes que entrarem em recuperação judicial.

A SPC tem o objetivo de mitigar o risco de crédito e mantém suas operações financeiras diversificadas entre bancos, com principal concentração em instituições financeiras de primeira linha classificadas como *high grade* pelas principais agências de classificação de risco.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras está apresentado a seguir:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.654.578	1.786.396	33.805	302.162
Aplicações financeiras	6	2.080.615	970.850	-	-
Contas a receber de clientes	7	1.622.559	1.886.297	-	-
Derivativos a receber		444.180	195.393	-	-
Total		5.801.932	4.838.936	33.805	302.162

4.4 Riscos de Mercado

A SPC está exposta a uma série de riscos de mercados, sendo os principais as variações de taxas de câmbio, taxas de juros, índices de correção e preço de *commodities* que podem afetar seus resultados e condições financeiras.

Para mitigar os impactos nos resultados em cenários adversos, a SPC dispõe de processos para monitoramento das exposições e políticas que suportam a implementação da gestão de riscos.

As políticas estabelecem os limites e instrumentos a serem implementados com o objetivo de: i) proteção do fluxo de caixa devido ao descasamento de moedas; ii) mitigação de exposições a taxas de juros; iii) redução dos impactos da flutuação de preços de *commodities*; e iv) troca de indexadores da dívida.

No processo de gestão de riscos de mercado é feita: a identificação, avaliação e implementação da estratégia, com a efetiva contratação dos instrumentos financeiros adequados.

Área independente monitora o cumprimento dos limites estabelecidos na política financeira da SPC para o volume máximo de operações contratadas.

4.4.1. Risco de taxas de câmbio

A captação de financiamentos e a política de *hedge* cambial da SPC são norteadas pelo fato de que cerca de 70% da receita líquida é proveniente de exportações com preços negociados em Dólares Americanos, enquanto a maior parte dos custos de produção está atrelada ao Real. Esta exposição estrutural permite que a SPC contrate financiamentos de exportação em Dólares e concilie os pagamentos dos financiamentos com os fluxos de recebimento das vendas no mercado externo, utilizando o mercado internacional de dívida como parte importante de sua estrutura de capital, e proporcionando um *hedge* natural de caixa para estes compromissos.

Além disso, a SPC contrata vendas de Dólares nos mercados futuros, incluindo estratégias com opções, como forma de assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. As vendas nos mercados futuros são limitadas a um percentual do excedente líquido (*net exposure*) de divisas no horizonte de 18 meses e, portanto, estão casadas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo.

A exposição líquida de ativos e passivos em moeda estrangeira são demonstradas a seguir:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015
	Nota		
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5	787.888	900.565
Aplicações financeiras	5	-	29.265
Contas a receber ^(a)	7	957.269	1.212.702
Derivativos a receber		352.637	372.105
		2.097.794	2.514.637
Passivos			
Fornecedores		(24.630)	(56.084)
Empréstimos e financiamentos	17	(9.367.865)	(9.676.957)
Compromissos com aquisição de ativos		(354.664)	(455.495)
Derivativos a pagar		(397.468)	(823.180)
		(10.144.627)	(11.011.716)
Exposição líquida passiva		(8.046.833)	(8.497.079)

^(a) Os montantes estão líquidos de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa ("PCLD").

Análise de sensibilidade – exposição cambial

A Companhia e suas controladas utilizam, para fins de análise de risco de mercado, cenários para avaliar conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira, e os efeitos que podem gerar em seus resultados. O cenário provável representa os valores reconhecidos contabilmente.

Os demais cenários foram construídos considerando a depreciação do Real em relação ao Dólar Americano em 25% e 50%.

A seguir são apresentados os eventuais impactos nos resultados na hipótese de ocorrência destes cenários:

Consolidado	31/12/2016		
	Provável	Possível Alta (Δ 25%)	Remoto Alta (Δ 50%)
Caixa e equivalentes de caixa	787.888	196.971	393.942
Contas a receber	957.269	239.317	478.635
Fornecedores	(24.630)	(6.157)	(12.315)
Empréstimos e financiamentos	(9.367.865)	(2.341.966)	(4.683.933)
Compromissos com aquisição de ativos	(354.664)	(88.666)	(177.332)
Derivativos <i>Non deliverable forward</i> ("NDF")	95	270	540
Derivativos <i>Swaps</i>	(168.048)	(580.877)	(1.161.755)
Derivativos <i>Opções</i>	123.122	(355.333)	(878.403)
	(8.046.833)	(2.936.441)	(6.040.621)

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

4.4.2. Risco de taxas de juros

As oscilações das taxas de juros podem implicar em efeitos de aumento ou redução do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas.

A SPC, por sua vez, busca constantemente alternativas para a utilização de instrumentos financeiros a fim de evitar impactos negativos em seu fluxo de caixa.

Análise de sensibilidade – exposição a taxas de juros

A SPC utiliza, para fins de análise de risco de mercado, cenários para avaliar a sensibilidade que as variações das operações impactadas pelas taxas: CDI, TJLP e Libor podem gerar em seus resultados. O cenário provável representa os valores reconhecidos contabilmente.

Os demais cenários foram construídos considerando valorização de 25% e 50% sobre as taxas de juros de mercado.

A seguir são apresentados os eventuais impactos nos resultados na hipótese de ocorrência destes cenários:

Consolidado	31/12/2016		
	Provável	Possível Alta (Δ 25%)	Remoto Alta (Δ 50%)
Certificado de depósitos interbancários ("CDI")			
Caixa e equivalentes de caixa	826.809	30.487	61.958
Aplicações financeiras	2.080.615	76.717	155.914
Empréstimos e financiamentos	(3.138.908)	(115.739)	(235.219)
Derivativos <i>swaps</i>	(168.048)	66.091	131.392
Derivativos opções	123.122	(28.595)	(57.816)
	<u>(276.410)</u>	<u>28.961</u>	<u>56.229</u>
Taxa de juros de longo prazo ("TJLP")			
Empréstimos e financiamentos	(849.260)	(15.924)	(31.847)
	<u>(849.260)</u>	<u>(15.924)</u>	<u>(31.847)</u>
London InterBank Offered Rate ("Libor")			
Empréstimos e financiamentos	(4.503.733)	(18.980)	(37.959)
Derivativos <i>swaps</i>	(3.627)	746	1.489
	<u>(4.507.360)</u>	<u>(18.234)</u>	<u>(36.470)</u>

4.4.3. Risco de preços de *commodities*

A SPC está exposta a preços de *commodities* refletidos principalmente no preço de venda da celulose no mercado internacional. A dinâmica de abertura e fechamento de capacidades de produção no mercado global, bem como as condições macroeconômicas podem impactar os resultados operacionais.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Não é possível garantir que o preço se manterá em patamares benéficos para o resultado. A SPC pode utilizar instrumentos financeiros para mitigar o preço de venda de parte da produção, porém em determinados momentos a contratação de proteção ao preço da celulose pode não estar disponível.

A SPC também está exposta ao preço internacional do petróleo, refletido nos custos logísticos de comercialização para o mercado externo.

Em 31 de dezembro de 2016, a SPC possuía US\$ 2 milhões em posição comprada em *oil bunker* (31 de dezembro de 2015, posição comprada de US\$ 3 milhões) para proteção do custo logístico. Em 31 de dezembro de 2016, não havia exposição de contratos indexados a preço de *commodities* de celulose (31 de dezembro de 2015, o montante de US\$ 6 milhões).

Análise de sensibilidade – exposição aos preços de *commodities*

A SPC utiliza, para fins de análise de risco de mercado, cenários para avaliar a sensibilidade que as variações das operações indexadas ao preço de *commodities* podem gerar em seus resultados. O cenário provável representa os valores reconhecidos contabilmente.

Os demais cenários foram construídos considerando valorização de 25% e 50% sobre o preço de mercado das *commodities*.

A seguir são apresentados os eventuais impactos nos resultados na hipótese de ocorrência destes cenários:

Consolidado	31/12/2016		
	Provável	Possível Alta (Δ 25%)	Remoto Alta (Δ 50%)
Derivativo Petróleo	2.861	382	764
	2.861	382	764

4.5. Instrumentos financeiros derivativos

A SPC apura o valor justo dos contratos derivativos e reconhece que tais valores podem ser diferentes dos valores realizados em uma eventual liquidação antecipada. A divergência no valor pode ocorrer por condições de liquidez, custo de desmonte, interesse da contraparte na liquidação antecipada, dentre outros aspectos. Os valores reportados pela SPC estão embasados em cálculo realizado por consultoria externa especializada, revisados pela Administração da SPC.

a) Derivativos em aberto por tipo de contrato

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as posições consolidadas de derivativos em aberto são assim apresentadas:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Consolidado	Valor de referência (nocial) em US\$		Valor justo	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Hedge de fluxo de caixa				
Hedge cambial				
Zero cost collar (R\$ x US\$)	800.000	500.000	123.122	(121.955)
NDF (R\$ x US\$)	-	159.470	-	(81.676)
Trava de câmbio (R\$ x US\$)	-	68.000	-	231
NDF (MXN x US\$)	331	-	95	10.963
NDF (ARS x US\$)	-	19.343	-	-
Subtotal	800.331	746.813	123.217	(192.437)
Hedge de Commodities				
Celulose	-	5.642	-	(548)
Bunker (petróleo)	1.526	31.526	2.861	(8.130)
Subtotal	1.526	37.168	2.861	(8.678)
Hedge de dívida				
Hedge cambial				
Swap CDI x Fixed (US\$)	291.725	-	709	-
Swap CDI x Libor (US\$)	150.000	150.000	(157.773)	(258.638)
Swap Fixed (US\$) x CDI	29.500	-	(5.668)	-
Subtotal	471.225	150.000	(162.732)	(258.638)
Hedge de juros				
Swap Libor x Fixed (US\$)	46.312	72.782	(3.627)	(10.838)
Swap Cupom x Fixed (US\$)	220.000	380.000	12.983	30.853
Subtotal	266.312	452.782	9.356	20.015
Resultado total em derivativos	1.539.394	1.386.763	(27.298)	(439.738)
Classificação contábil				
No ativo circulante			367.145	158.930
No ativo não circulante			77.035	36.463
No passivo circulante			(250.431)	(281.317)
No passivo não circulante			(221.047)	(353.814)
			(27.298)	(439.738)

O valor justo não representa a obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação, quando será apurado o resultado conforme o caso e as condições de mercado nas referidas datas.

Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2016 são operações de mercado de balcão, sem nenhum tipo de margem de garantia ou cláusula de liquidação antecipada forçada por variações provenientes de marcação a mercado.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A seguir são descritos cada um dos contratos vigentes e os respectivos riscos protegidos:

- i) *Swap* DI x US\$: posições em *swaps* convencionais trocando variação da taxa de Depósitos Interbancários ("DI") por taxa pré-fixada em Dólares. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em Reais para Dólares;
- ii) *Swap* DI x Libor: posições em *swaps* convencionais trocando variação da taxa de Depósitos Interbancários ("DI") por taxa pós-fixada em Dólares. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em Reais para Dólares;
- iii) *Swap* US\$ x DI: posições em *swaps* convencionais trocando variação de taxa pré-fixada em Dólares por taxa dos Depósitos Interbancários ("DI"). O objetivo é reverter dívidas em Dólares para Reais;
- iv) *Swap* Libor x *Fixed*: posições em *swaps* convencionais trocando taxa pós-fixada por taxa pré-fixada em Dólares. O objetivo é proteger o fluxo de caixa de variações na taxa de juros norte-americana;
- v) *Swap* Cupom x US\$: posições em *swaps* de cupom de Dólares para taxa em Dólares pré-fixada *offshore* com o objetivo de reduzir o custo de endividamento;
- vi) *Zero Cost Collar*: posições em instrumento que consiste na combinação simultânea de compra de opções de venda e venda de opções de compra de Dólares, com mesmo valor de principal e vencimento, com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações. Nesta estratégia é estabelecido um intervalo onde não há depósito ou recebimento de margem financeira sobre os ajustes de posição;
- vii) NDF US\$ x MXN\$: posições compradas em Dólares e vendida em Peso-Mexicano, com o objetivo de proteção de vendas de produtos no mercado mexicano;
- viii) *Bunker* (petróleo): posições compradas em *oil bunker* de petróleo, com o objetivo de proteger custos logísticos ligados a contratação de frete marítimo.

b) Valor justo por cronograma de vencimentos

O cronograma de vencimentos dos derivativos está demonstrado a seguir:

Vencimentos de derivativos	Valor justo	
	31/12/2016	31/12/2015
Em 2016	-	(112.263)
Em 2017	113.957	(169.688)
Em 2018	(40.936)	(157.511)
Em 2019	(49.690)	(276)
Em 2020	(50.629)	-
	<u>(27.298)</u>	<u>(439.738)</u>

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

c) Posição ativa e passiva dos derivativos em aberto

Em 31 de dezembro 2016 e 2015, as posições consolidadas de derivativos em aberto são apresentadas a seguir:

		Valor de referência (nacional)		Valor justo	
Consolidado	Moeda	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Hedge de dívida					
Ativo					
Swap CDI x Fixed (US\$)	R\$	950.000	-	73.590	-
Swap CDI x Libor (US\$)	R\$	331.335	331.335	347.900	31.733
Swap Fixed (US\$) x CDI	US\$	29.500	-	95.447	-
Swap Libor x Fixed (US\$)	US\$	46.312	72.782	149.210	-
Swap Cupom x Fixed (US\$)	US\$	220.000	380.000	88.682	132.665
Subtotal				754.829	164.398
Passivo					
Swap CDI x Fixed (US\$)	US\$	291.725	-	(72.881)	-
Swap CDI x Libor (US\$)	US\$	150.000	150.000	(505.673)	(290.372)
Swap Fixed (US\$) x CDI	R\$	100.374	-	(101.115)	-
Swap Libor x Fixed (US\$)	US\$	46.312	72.782	(152.837)	(10.838)
Swap Cupom x Fixed (US\$)	US\$	220.000	380.000	(75.699)	(101.811)
Subtotal				(908.205)	(403.021)
Total de contratos de swap				(153.376)	(238.623)
Hedge de fluxo de caixa					
Zero cost collar (US\$ x R\$)	US\$	800.000	500.000	123.122	(121.955)
NDF (R\$ x US\$)	US\$	-	159.470	-	(81.676)
Trava de câmbio (R\$ x US\$)	US\$	-	68.000	-	231
NDF (MXN x US\$)	US\$	331	-	95	-
NDF (ARS x US\$)	US\$	-	19.343	-	10.963
Subtotal				123.217	(192.437)
Hedge de commodities					
Bunker (petróleo)	US\$	1.526	31.526	2.861	(8.678)
Subtotal				2.861	(8.678)
Resultado total em derivativos				(27.298)	(439.738)

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

d) Derivativos liquidados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as posições consolidadas de derivativos liquidadas são apresentadas a seguir:

Consolidado	Valores de liquidação (acumulado em)	
	31/12/2016	31/12/2015
Hedge de fluxo de caixa		
Hedge cambial		
<i>Zero cost collar</i> (R\$ x US\$)	10.805	-
NDF (R\$ x US\$)	(151.199)	(267.586)
NDF (MXN x US\$)	(52)	-
NDF (ARS x US\$)	17.069	(3.329)
Trava de Câmbio (US\$ x R\$)	34.118	-
Subtotal	(89.259)	(270.915)
Hedge de Commodities		
Celulose	(475)	(3.821)
<i>Bunker</i> (petróleo)	902	(4.602)
Subtotal	427	(8.423)
Hedge de dívida		
Hedge cambial		
<i>Swap</i> CDI x <i>Fixed</i> (US\$)	24.726	27.162
<i>Swap</i> <i>Fixed</i> (US\$) x CDI	(69.039)	-
<i>Swap</i> CDI x Libor (US\$)	28.792	-
Subtotal	(15.521)	27.162
Hedge de juros		
<i>Swap</i> Libor x <i>Fixed</i> (US\$)	(6.026)	(9.695)
<i>Swap</i> Cupom x <i>Fixed</i> (US\$)	14.774	10.225
Subtotal	8.748	530
Resultado total de derivativos ^(a)	(95.605)	(251.646)

^(a) Em 31 de dezembro de 2016, o recebimento de venda de prêmios de derivativos em aberto e não vencidos no montante de R\$212.868, não está apresentado no quadro acima.

4.6 Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da SPC é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte, além de mitigar riscos que possam impactar a disponibilidade de capital aplicado no desenvolvimento dos negócios.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A SPC monitora de forma constante indicadores relevantes como: i) índice de alavancagem financeira consolidado, expresso pela razão de dívida total líquida pelo EBITDA (“*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*”) ajustado; ii) gestão de *covenants* financeiros contratuais, mantendo margem de segurança para que não sejam excedidos. A Administração prioriza captações na mesma moeda de sua principal fonte de geração de caixa, buscando dessa forma um *hedge* natural no longo prazo para seu fluxo de caixa. A SPC administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e financiamentos	14.013.738	14.930.051	959	12.709
(-) Caixa e aplicações financeiras	(3.735.193)	(2.757.246)	(33.805)	(302.162)
Dívida líquida	10.278.545	12.172.805	(32.846)	(289.453)
Patrimônio líquido pertencente aos acionistas não controladores	6.723.408	6.172.273	-	-
Patrimônio líquido pertencente aos controladores	3.467.541	3.228.130	3.467.541	3.228.130
Patrimônio líquido e dívida líquida	20.469.494	21.573.208	3.434.695	2.938.677

4.7 Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros e outros itens das demonstrações financeiras que foram avaliados pelo valor justo estão apresentados de acordo com os níveis definidos a seguir:

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 – *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado dos preços); e
- Nível 3 – *Inputs* para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Consolidado	31/12/2016			
	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.654.578	833.077	821.501	-
Aplicações Financeiras	2.080.615	-	2.080.615	-
Derivativos a receber	444.180	-	444.180	-
Ativo biológico ^(a)	4.072.528	-	-	4.072.528
	8.251.901	833.077	3.346.296	4.072.528
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	14.335.784	-	14.335.784	-
Compromissos com aquisição de ativos	700.754	-	700.754	-
Derivativos a pagar	471.478	-	471.478	-
	15.508.016	-	15.508.016	-

Consolidado	31/12/2015			
	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.786.396	1.257.294	529.102	-
Aplicações Financeiras	970.850	-	970.850	-
Derivativos a receber	195.393	-	195.311	82
Ativo biológico ^(a)	4.130.508	-	-	4.130.508
	7.083.147	1.257.294	1.695.263	4.130.590
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	15.640.040	-	15.640.040	-
Compromissos com aquisição de ativos	636.504	-	636.504	-
Derivativos a pagar	635.131	-	626.372	8.759
	16.911.675	-	16.902.916	8.759

(a) A movimentação do valor justo dos ativos biológicos e demais detalhamentos das premissas aplicadas na mensuração do seu valor estão demonstrados na Nota explicativa 13.

4.8 Garantias

Em 31 de dezembro de 2016, a SPC possuía garantias vinculadas a operações de contas a receber consolidado referente a exportações no montante de US\$ 274 milhões (corresponde nessa data a R\$893.435).

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos				
No Brasil	5.579	20.468	14	67
No Exterior	787.888	900.565	-	-
	793.467	921.033	14	67
Aplicações financeiras				
No Brasil	861.111	836.098	33.791	302.095
No Exterior	-	29.265	-	-
	861.111	865.363	33.791	302.095
	1.654.578	1.786.396	33.805	302.162

As aplicações financeiras em moeda nacional são de baixo risco e correspondem a aplicações indexadas pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, as taxas de remuneração variavam entre 94% a 110% do CDI e 97% a 110%, respectivamente.

6. Aplicações financeiras – consolidado

	Taxa média de remuneração anual	31/12/2016	31/12/2015
Fundos de investimento			
Itaú Investment Grade (a)	103,63%	667.463	606.221
Itaú Referenciado DI (a)	101,09%	713.092	258.080
Bradesco (b)	101,74%	132.027	-
		1.512.582	864.301
Aplicações financeiras			
Certificado de depósitos bancários	101,99%	568.033	106.549
		2.080.615	970.850

(a) Em 31 de dezembro de 2016, no Consolidado, participam no fundo de investimento de mercado Futuragene Brasil (1,8% de cotas), Paineiras (1,8% de cotas), Ondurman e Amulya (0,85% de cotas somadas). 31 de dezembro de 2015, (3,0% de cotas), (2,1% de cotas), (0,5% de cotas somadas), respectivamente.

(b) Em 31 de dezembro de 2016, apenas a SPC participa no fundo de investimento de mercado.

Os fundos de investimento alocam os recursos em instrumentos de renda fixa, diversificados entre títulos de instituições privadas e títulos públicos. As carteiras de investimento são frequentemente monitoradas pela SPC afim de verificar a aderência a política de investimentos, que visa baixo risco e alta liquidez dos títulos.

Os fundos de investimento operam com liquidez diária, perfil conservador e disponível para venda. A política de investimentos visa alocar os recursos em instituições financeiras de

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

primeira linha com alta avaliação de *ratings* para evitar riscos de crédito da contraparte. A SPC utiliza a média dos *ratings* de duas ou mais agências classificadoras para a tomada de decisão. As aplicações são distribuídas entre as instituições financeiras, evitando concentrações.

7. Contas a receber de clientes – consolidado

7.1 Composição dos saldos

	31/12/2016	31/12/2015
Cientes no País		
- Terceiros	667.838	701.720
- Partes relacionadas (a)	32.759	16.463
Cientes no Exterior		
- Terceiros	958.979	1.209.368
- Partes relacionadas (a)	-	3.770
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(37.017)	(45.024)
	1.622.559	1.886.297
Parcela classificada no ativo circulante	1.622.337	1.886.012
Parcela classificada no ativo não circulante	222	285

(a) Vide Nota 11.

7.2 Títulos vencidos

	31/12/2016	31/12/2015
Valores vencidos:		
- Até dois meses	46.438	66.988
- De dois meses a seis meses	14.103	24.757
- Mais de seis meses	55.905	37.126
	116.446	128.871

7.3 Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	(45.024)	(25.748)
Créditos provisionados no exercício	(11.078)	(22.587)
Créditos recuperados no exercício	1.573	1.162
Créditos baixados definitivamente da posição	17.379	1.999
Variação cambial	133	150
Saldos finais	(37.017)	(45.024)

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A SPC em suas operações comerciais mantêm garantias para os títulos vencidos, por meio de apólices de seguro de crédito, cartas de crédito e garantias reais. Parte dessas se equivalem a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme política de crédito (Nota explicativa 4.3).

8. Estoques – consolidado

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Produtos acabados		
Celulose		
- País	82.532	87.930
- Exterior	263.681	341.856
Papel		
- País	210.326	168.382
- Exterior	69.043	67.920
Produtos em elaboração	57.708	45.616
Matérias-primas	427.783	404.975
Materiais de almoxarifado	173.855	173.805
Adiantamento a fornecedores	28.215	25.512
	<u>1.313.143</u>	<u>1.315.996</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os estoques estão líquidos do saldo com provisões para perdas nos montantes de R\$28.206 e R\$42.466, respectivamente. As adições e reversões de provisão e baixas diretas foram reconhecidas no resultado na rubrica de custos com produtos vendidos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, nos montantes de R\$9.564 e R\$19.589, respectivamente.

Não foram disponibilizados itens dos estoques para penhor ou garantia a passivos para os exercícios apresentados.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

9. Tributos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
IRPJ e CSLL - antecipação e impostos retidos	286.324	165.304	4.180	2.022
PIS e COFINS - sobre aquisição de imobilizado (a)	62.232	70.275	-	-
PIS e COFINS - demais operações	23.777	324.003	16	272
ICMS - sobre aquisição de imobilizado (a)	68.393	75.795	-	-
ICMS - outras operações (b)	301.578	235.651	-	-
Outros impostos e contribuições (c)	48.665	169.317	-	-
Provisão para perdas de crédito de ICMS	(11.401)	(7.998)	-	-
	779.568	1.032.347	4.196	2.294
 Total ativo circulante	430.032	599.277	4.196	2.294
Total ativo não circulante	349.536	433.070	-	-

(a) Créditos com realização vinculada ao prazo de depreciação do ativo correspondente.

(b) Créditos com disponibilidade para consumo imediato. A SPC está realizando os créditos por meio de transferências a terceiros ("venda de créditos"), após homologação e liberação da Secretaria da Fazenda e através do consumo em suas operações no mercado interno de papel já iniciadas e em andamento nos Estados da Bahia e Maranhão.

(c) Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, inclui o montante de R\$32.514 e R\$157.021, respectivamente, referente a créditos do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras ("Reintegra").

9.1 Imposto de renda das pessoas jurídicas ("IRPJ") e contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL")

Representa os créditos de IRPJ e CSLL referente a estimativas pagas a maior no exercício atual e anteriores, bem como o imposto de renda retido na fonte incidente sobre o resgate de aplicações financeiras no exercício. Os créditos são atualizados pela Selic e utilizados para compensação com outros tributos federais devidos e retenções na fonte a recolher.

9.2 Programa de integração social ("PIS") e contribuição para financiamento da seguridade social ("COFINS")

Os montantes referem-se substancialmente aos créditos provenientes de insumos e serviços adquiridos para fabricação de produtos da SPC, cujas vendas não foram tributadas na saída por tratar-se de exportações e, sobre aquisição de ativo imobilizado e serviços da unidade industrial de Imperatriz-MA, sendo que a disponibilização fiscal de parte do crédito ocorrerá com base no prazo de depreciação desses ativos. A SPC realizará tais créditos, com débitos advindos das atividades comerciais e através da compensação com outros tributos federais.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

9.3 Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços (“ICMS”)

Em 31 de dezembro de 2016, os créditos de R\$74.713 e R\$178.623 das unidades de Mucuri-BA e Imperatriz-MA da SPC, respectivamente (31 de dezembro de 2015, os montantes eram de R\$80.264 e R\$125.297), devem-se essencialmente pelo não aproveitamento de créditos nas saídas de exportação de celulose e de papel, imunes de tributação.

A SPC solicitou processo de fiscalização e homologação pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia e do Maranhão para realização desses créditos. Encontram-se liberados os montantes de R\$50.791, na Bahia que foram negociados no mercado e serão transferidos, em parcelas, a terceiros e R\$148.774 no Maranhão que estão em fase de negociação para transferência a terceiros interessados. Estes valores também poderão ser utilizados para compensações na apuração normal do ICMS, conforme regulamento desses Estados.

A SPC constituiu provisão para perda parcial dos créditos de ICMS do Maranhão no montante de R\$11.401 (em 31 de dezembro de 2015, a provisão era no montante de R\$7.998).

10. Adiantamento a Fornecedores - consolidado

10.1 Programa de fomento

O Programa de fomento consiste em um sistema de parceria incentivada à produção florestal regional, onde produtores independentes plantam eucalipto em suas próprias terras para o fornecimento de produto agrícola (madeira) à SPC. O objetivo é atuar de forma a desenvolver socialmente e economicamente as regiões onde a SPC atua.

A SPC fornece mudas de eucalipto, subsídio em insumos, além de adiantamento em espécie, não estando estes últimos sujeitos a avaliação pelo valor presente uma vez que serão liquidados, preferencialmente, em mercadorias. Adicionalmente, a SPC apoia os produtores através de assessoria técnica em manejo florestal, porém não tem controle conjunto nas decisões efetivamente implementadas.

Ao final dos ciclos de produção a SPC tem assegurado com os participantes contratualmente uma oferta de compra dos produtos agrícolas (madeira) por valores em bases de mercado, dos quais são abatidos os valores subsidiados anteriormente no momento da transação, entretanto, não impede que os produtores negociem a produção com outros participantes de mercado, desde que os valores incentivados sejam quitados.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o saldo dos adiantamentos de recursos financeiros e de insumos para fomentados totalizaram os montantes de R\$232.992 e R\$251.852, respectivamente, classificados no balanço de acordo com a expectativa de realização, entre circulante e não circulante.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

10.2 Adiantamento para compra de produto acabado

Em 31 de dezembro de 2016, a SPC possuía operações de adiantamento para compra de produto acabado através de sua controlada Suzano Trading no montante de US\$ 146 milhões (equivalente a R\$ 476.611).

11. Partes relacionadas

11.1 Saldos e transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Partes relacionadas	Natureza da Principal Operação	Ativo		Passivo	Resultado
		Circulante	Não circulante	Circulante	Receitas (despesas)
Com partes relacionadas					
Central Distribuidora de Papéis Ltda.	Venda de papel	9.036	(2)	-	47.273 (2)
Mabex Representações e Participações Ltda.	Serviços de aeronave	-	-	-	(231)
Lazam-MDS Corretora e Adm.de Seguros S.A.	Consultoria e assessoria em seguros	-	-	-	(343)
Instituto Ecofuturo	Serviços sociais	-	-	400	(4.499)
Ibema Companhia Brasileira de Papel	Venda de celulose	22.441	(2)	13.000	71.878 (2)
Bexma Comercial Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	6.312 (3)
Futuragene PLC.	Compartilhamento de despesas	259	-	-	265
Ficus Empreendimentos e Participacoes S.A.	Compartilhamento de despesas	-	-	49	-
Empreendimentos Imobiliários BVF Ltda.	Outras despesas	-	-	49	-
Empreendimentos Imobiliários Imofors Ltda.	Outras despesas	-	-	97	-
Taba Consultores Associados Ltda.	Consultoria e assessoria	-	-	-	(888)
SPLF Investimentos e Participações Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	1.991 (3)
BS Participações S.A.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	785 (3)
HiperStream Sistemas e Tecnologia da Informação Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	502 (3)
IPLF Holding S.A.	Compartilhamento de despesas	11	12.034	-	22
Acionistas	Dividendos a pagar	-	-	128.770	(7) -
		31.747	25.034	136.956	123.067
Com empresas controladas diretas					
Suzano Papel e Celulose S.A.	Concessão de fianças e gastos administrativos	-	31 (4)	1.000	18.976 (4)
Suzano Papel e Celulose S.A.	Dividendos a receber	117.342	(8)	-	-
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	430 (3)
Premesa S.A.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	1.256 (3)
		117.342	31	1.000	20.662

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

11.2 Saldos e transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2015

Partes relacionadas	Natureza da Principal Operação	Ativo		Passivo	Resultado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Receitas (despesas)	
Com partes relacionadas						
Central Distribuidora de Papéis Ltda.	Venda de papel	16.461	(2)	-	15.493 (1)	47.928 (2)
Mabex Representações e Participações Ltda.	Serviços de aeronave	-	-	-	-	(466)
Lazam-MDS Corretora e Adm.de Seguros S.A.	Consultoria e assessoria em seguros	-	-	-	-	(342)
Instituto Ecofuturo	Serviços sociais	-	-	-	-	(3.642)
Bexma Comercial Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	-	7.467 (3)
Ficus Empreendimentos e Participacoes S.A.	Compartilhamento de despesas	-	150	(14)	-	-
CPMais Serviços de Consultoria em Meio Ambiente Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	221	-	-	2.649 (3)
Empreendimentos Imobiliários BVF Ltda.	Outras despesas	-	-	147	-	-
Empreendimentos Imobiliários Imofors Ltda.	Outras despesas	-	-	294	-	-
Taba Consultores Associados Ltda.	Consultoria e assessoria	-	-	-	-	(888)
SPLF Investimentos e Participações Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	-	1.937 (3)
IPLF Holding S.A.	Compartilhamento de despesas	2	4	-	-	23
Acionistas	Juros sobre capital próprio	-	-	68.272	(7)	-
		16.463	375	84.192		54.666
Com empresas controladas diretas						
Suzano Papel e Celulose S.A.	Concessão de fianças e gastos administrativos	-	345 (4)	15	-	27.100 (4)
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	-	419 (3)
Nemopar S.A.	Empréstimo de mútuo e Variação cambial	-	-	-	-	(144.608) (5)
Premesa S.A.	Dividendos e compartilhamento de despesas	-	-	-	-	1.217 (3)
		-	345	15		(115.872)
Entre partes relacionadas						
Stenfar	Compartilhamento de despesas	3.770	(6)	-	-	523
IPLF Holding S.A.	Compartilhamento de despesas	-	-	3.770	(6)	(523)
		3.770	-	3.770		-

1) Operações de vendedor que estão classificadas como financiamentos e empréstimos (Nota 17);

2) Operações comerciais de venda de papel e celulose;

3) Compartilhamento de despesas com serviços administrativos;

4) Avais e fianças sobre garantias prestadas em favor da SPC e compartilhamento de despesas;

5) Empréstimo contraído junto à controlada Nemopar S.A., com vencimento em 20 de setembro de 2020, sujeito à variação cambial do dólar norte americano, liquidado em 06 de agosto de 2015;

6) Compartilhamento de despesas realizado entre Stenfar, controlada da SPC, e parte relacionada Clion Polímeros S.A., alienada em outubro de 2012, após cessão da dívida para a IPLF Holding S.A.

7) Dividendos e Juros sobre capital próprio creditado pela Companhia aos seus acionistas.

8) Dividendos a receber da SPC.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

As transações com controladas e partes relacionadas estão registradas nas seguintes rubricas do balanço:

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldos a receber					
Clientes	7	32.759	20.233	-	-
Créditos com Controladas - não circulante		-	-	-	345
Créditos com outras partes relacionadas - não circulante		25.034	375	31	225
Dividendos a receber		-	-	117.342	-
		<u>57.793</u>	<u>20.608</u>	<u>117.373</u>	<u>570</u>
Saldos a pagar					
Dividendos e JCP a Pagar		(128.770)	(68.272)	(128.770)	(68.272)
Empréstimos e financiamentos	17	-	(15.493)	-	-
Fornecedores		(7.991)	-	-	-
Passivos com parte relacionada - circulante		(195)	(427)	(1.000)	(15)
		<u>(136.956)</u>	<u>(84.192)</u>	<u>(129.770)</u>	<u>(68.287)</u>
		<u>(79.163)</u>	<u>(63.584)</u>	<u>(12.397)</u>	<u>(67.717)</u>

11.3 Remunerações dos administradores

Em 31 de dezembro de 2016, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, o que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria e determinados executivos, reconhecidas no resultado do exercício, totalizaram R\$87.824 no Consolidado e R\$15.729 na Controladora (31 de dezembro de 2015, os montantes eram de R\$110.233 e R\$23.202, respectivamente).

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Benefícios de Curto Prazo				
Salário ou Pró-Labore	28.339	32.030	7.746	11.562
Benefícios Direto ou Indireto	2.786	3.680	789	818
Bônus	26.343	26.245	6.162	7.653
	<u>57.468</u>	<u>61.955</u>	<u>14.697</u>	<u>20.033</u>
Benefícios de Longo Prazo				
Plano de Remuneração baseado em Ações	30.356	48.278	1.032	3.169
	<u>30.356</u>	<u>48.278</u>	<u>1.032</u>	<u>3.169</u>
Total	<u>87.824</u>	<u>110.233</u>	<u>15.729</u>	<u>23.202</u>

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias e 13º salário), encargos sociais (contribuições para seguridade social - INSS parte empresa) e remunerações variáveis como participação nos lucros, bônus e benefícios (assistência médica, vale refeição, vale alimentação, seguro de vida e previdência privada).

Os benefícios de longo prazo incluem o plano de opções de compra de ações e ações fantasma, destinados aos executivos e membros chaves da administração, conforme regulamentos específicos (Nota explicativa 21).

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinado em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional.

Os saldos do imposto de renda e da contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo fiscal	697.679	749.158	2.869	3.049
Base negativa da contribuição social	82.232	155.071	1.033	1.098
Provisão para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas	85.739	71.762	7.129	7.129
Provisões operacionais e para perdas diversas	184.444	190.953	3.645	5.126
Provisão para não recuperação de ágio (a)	158.921	158.921	-	-
Ativos biológicos - valor justo	18.895	-	-	-
Perdas com derivativos	156.804	187.454	-	-
Demais diferenças temporárias	94.380	171.267	-	-
Ativo não circulante	1.479.094	1.684.586	14.676	16.402
Agio - aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	162.671	159.574	-	-
Imobilizado - ajuste de custo atribuído	1.608.733	1.666.491	-	-
Ativos biológicos - valor justo	-	231.746	-	-
Depreciação acelerada incentivada	1.100.239	604.209	-	-
Ganhos com derivativos	143.459	38.515	-	-
Outras diferenças temporárias - Lei 11.941/09 e 11.638/07	3.734	2.884	-	-
Passivo não circulante	3.018.836	2.703.419	-	-
Total líquido ativo não circulante	19.354	19.056	14.676	16.402
Total líquido passivo não circulante	1.559.096	1.037.889	-	-

(a) Na transição para as normas internacionais de contabilidade, a SPC atribuiu um novo custo (Custo Atribuído – *Deemed Cost*) a determinadas classes do ativo imobilizado do Consórcio Paulista de Papel e Celulose - CONPACEL. Adicionalmente, aplicou o CPC 1 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos sobre este investimento e reconheceu uma provisão para perda sobre o valor residual do ágio existente.

Exceto os prejuízos fiscais, a base negativa da contribuição social e a depreciação acelerada incentivada que é alcançada somente pelo IRPJ, as demais bases tributáveis foram alcançadas por ambos impostos na SPC.

A composição do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da contribuição social da Companhia e de suas controladas está abaixo demonstrada:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízos fiscais	2.803.836	3.009.635	11.477	12.196
Base negativa da contribuição social	923.607	1.732.807	11.477	12.196

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

12.1 Reconciliação dos efeitos do imposto de renda e contribuição social no resultado

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	2.411.438	(1.358.637)	544.463	(304.558)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal de 34%	(819.889)	461.937	(185.117)	103.550
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Efeito cambial de conversão das demonstrações contábeis de controladas no exterior	-	49.167	-	-
IR e CSLL sobre resultado de participações societárias	2.422	-	182.841	(56.297)
Tributação de lucros de controladas no exterior	(7.880)	(10.767)	-	-
Juros sobre capital próprio		27.308	-	27.308
Incentivo fiscal - redução SUDENE ^(a)	124.085	-	-	-
Resultados tributados com alíquotas vigentes diferentes da nominal	20.327	(12.574)	-	-
Crédito reintegra	1.812	25.432	-	-
Tributação sobre juros em transações com controladas "Thin Cap" - IN SFRB 1.154/2011	(20.135)	-	-	-
Outros	(29.725)	(33.797)	4	(624)
Imposto de renda				
Corrente	(17.259)	(18.193)	(395)	(219)
Diferido	(487.707)	385.239	(1.269)	54.603
	(504.966)	367.046	(1.664)	54.384
Contribuição social				
Corrente	(172.604)	(1.588)	(151)	(104)
Diferido	(51.413)	141.248	(457)	19.657
	(224.017)	139.660	(608)	19.553
Despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios	(728.983)	506.706	(2.272)	73.937
Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSLL	30,23%	37,30%	0,42%	24,28%

(a) Utilização do benefício de redução de 75% calculado com base no Lucro da Exploração das unidades de Mucuri/BA e de Imperatriz/MA.

Na SPC a despesa de imposto de renda diferido no exercício é composta por: i) utilização do benefício fiscal da Depreciação Acelerada Incentivada ("DAI"), sendo o imposto de renda diferido no montante de R\$496.030 e ii) créditos fiscais sobre consumo de prejuízos fiscais e sobre diferenças temporárias no montante de R\$78.533.

Para a contribuição social diferida a despesa na SPC é composta por: i) realização de créditos fiscais sobre base negativa no montante de R\$72.499 e ii) realização de créditos fiscais sobre diferenças temporárias no montante de R\$9.343.

12.2 Incentivos fiscais

As unidades industriais da SPC de Mucuri/BA e de Imperatriz/MA estão situadas em área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e possuem o incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda do lucro da exploração e da DAI.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Para a unidade da SPC de Mucuri/BA, as linhas 1 e 2 gozam do incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda do lucro da exploração até os anos calendário 2024 e 2018 respectivamente. A unidade de Imperatriz tem a fruição do incentivo válida até o ano 2024. Este incentivo fiscal é calculado no resultado das operações incentivadas apurado com base no lucro da exploração. O resultado obtido com este benefício fiscal é a redução da despesa de imposto de renda. O valor reduzido de imposto de renda é destinado à conta de reserva de capital, conforme disposição legal.

O benefício da DAI representa o diferimento do pagamento do IRPJ e não alcança a CSLL. Este benefício fiscal é controlado na Parte “B” da Escrituração Contábil Fiscal (“ECF”), portanto, não afeta a despesa de depreciação contabilizada desses ativos nos anos subsequentes.

Na unidade da SPC de Mucuri/BA, a depreciação integral dos bens do ativo imobilizado adquiridos para a Linha 2 ocorreu no início das atividades operacionais da Linha. Para os demais ativos imobilizados dessa unidade, e do Maranhão, o incentivo fiscal tem validade para as aquisições realizadas até dezembro de 2018 e poderá ser exercido até o 4º ano seguinte à aquisição do ativo imobilizado.

13. Ativos biológicos – consolidado

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.659.421
Adições (a)	1.115.320
Exaustão no exercício	(602.418)
Ganho na atualização do valor justo	23.145
Alienações (b)	(18.303)
Outras baixas (c)	(46.657)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.130.508
Adições (a)	1.426.699
Exaustão no exercício	(565.331)
Perda na atualização do valor justo (d)	(780.666)
Alienações (b)	(24.341)
Outras baixas (c)	(114.341)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.072.528

(a) Adições - Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, no consolidado da SPC foram eliminados os custos com arrendamento de terras incorridos com controladas nos montantes de R\$21.789 e R\$20.446, respectivamente.

(b) Alienações - Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os montantes referem-se a transações de vendas de florestas de eucalipto realizadas no exercício.

(c) Outras baixas - Representam as perdas florestais decorrentes de incêndios, pragas, abortos de plantio por déficit hídrico e/ou demais causas relacionadas à formação florestal. Em 31 de dezembro de 2016, a SPC reconheceu perdas com incêndios, principalmente nas regiões de Urbano Santos no Estado do Maranhão e na região de Teresina no Piauí.

(d) Ajuste do valor justo – A perda apurada é composta, principalmente, pela redução do IMA nas regiões do Piauí e Maranhão, redução do preço médio da madeira no mercado de São Paulo e demais efeitos econômicos e do giro operacional das florestas.

Os ativos biológicos da SPC são compostos substancialmente de florestas de eucalipto de reflorestamento utilizadas para o abastecimento de madeira das fábricas de celulose e papel, e

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

estão localizadas nos Estados de São Paulo, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pará e Tocantins. Áreas de preservação permanente e reserva legal não foram incluídas no cálculo do valor justo das florestas porque não se destinam ao abastecimento de madeira das fábricas.

O valor justo das florestas de eucalipto é determinado anualmente através do método da renda (*"Income Approach"*) utilizando o modelo Fluxo de Caixa Descontado.

As premissas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos foram:

- i) ciclo médio de formação florestal de 7 anos;
- ii) as florestas são valorizadas ao seu valor justo a partir do ano de plantio;
- iii) o Incremento Médio Anual – IMA que consiste no volume de produção de madeira com casca estimado em m³ por hectares no final do ciclo de formação, apurado com base no material genético aplicado em cada região, tratos silviculturais e de manejo florestal, potencial produtivo, fatores climáticos e de condições do solo;
- iv) o custo padrão médio por hectare estimado contempla gastos com silvicultura e manejo florestal aplicados a cada ano de formação do ciclo biológico das florestas líquidos dos impostos recuperáveis. O custo das terras arrendadas e o custo dos ativos que contribuem (terras próprias) baseado na média dos contratos de arrendamento vigentes nas mesmas regiões;
- v) os preços médios de venda do eucalipto, foram baseados em pesquisas especializadas em cada região e/ou em transações realizadas pela SPC com terceiros independentes, impactados pela distância média entre as florestas até as fábricas menos os custos necessários para colocação do produto em condições de vendas ou consumo;
- vi) a taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa é calculada com base em estrutura de capital e demais premissas econômicas para um negócio de comercialização de madeira em pé considerando os benefícios tributários.

O modelo de precificação considera os fluxos de caixa líquidos, após a dedução dos tributos sobre o lucro com base nas alíquotas vigentes.

Principais premissas utilizadas no cálculo do valor justo dos ativos biológicos:

Premissas aplicadas	31/12/2016	31/12/2015
Área útil plantada (hectares)	450.474	431.677
Ativos Maduros	84.084	56.863
Ativos Imaturos	366.390	374.814
IMA médio ponderado - (em m ³ /hectare/ano)	33,8	36,5
Preço médio de venda do eucalipto - (em R\$/m ³)	53,45	56,36
Custo de utilização de ativos próprios que contribuem - %	5%	5%
Taxa de desconto - %	10,54%	10,39%

A SPC administra os riscos financeiros relacionados com a atividade agrícola de forma preventiva. Para redução dos riscos decorrentes de fatores edafo-climáticos, é realizado monitoramento através de estações meteorológicas e, nos casos de ocorrência de pragas e doenças, o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Florestal, uma área especializada em fisiologia e

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

fitossanidade da SPC, adota procedimentos para diagnóstico e ações rápidas contra as possíveis ocorrências e perdas.

A SPC não possui nenhum tipo de subvenção governamental relacionado aos seus ativos biológicos, bem como, não possui ativos biológicos dados em garantia nas datas dessas demonstrações financeiras.

Análise de sensibilidade

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3 da hierarquia estabelecida no CPC 46 (equivalente ao IFRS 13) – Mensurações do Valor Justo, por conta da complexidade e estrutura do cálculo.

As principais premissas, IMA e Preço Médio, destacam-se como sendo as de maior sensibilidade onde aumentos nessas premissas geram ganhos relevantes e reduções nas premissas provocam impactos negativos relevantes na mensuração do valor justo.

Os ativos florestais adquiridos em 08 de dezembro de 2016, mencionados na Nota explicativa 1.1 a), item i), não foram incluídos no cálculo de atualização do valor justo dos Ativos Biológicos de 31 de dezembro de 2016, por serem considerados pela Administração da SPC já negociados ao seu valor justo, a transação foi realizada entre partes não relacionadas e em condições normais de mercado para este tipo de transação e, o intervalo entre a data de aquisição e a data-base do cálculo do valor justo não é suficiente para provocar alterações materiais nas características dos ativos e condições de mercado. As áreas adquiridas não foram incluídas nas premissas aplicadas para atualização do valor justo dos ativos biológicos de 2016.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

14. Investimentos

Posição e movimentação dos investimentos em controladas :

	Suzano Papel e Celulose S.A. (1)	Nemopar S.A. (2)	Premesa S.A.	Nemonorte Imóveis e Part. Ltda.	Total
a) Participação no capital em 31 de dezembro de 2016					
Quantidade de ações ou cotas possuídas					
Ações ordinárias	364.349.459	-	20.970	-	
Ações preferenciais	3.262.775	-	-	-	
Cotas	-	-	-	136.911	
Capital votante	99,99%	-	99,17%	83,33%	
Capital total	33,72%	-	99,17%	83,33%	
b) Informações das controladas em 31 de dezembro de 2016					
Ativo	29.399.313	-	8.265	1.766	
Passivo	19.255.819	-	578	395	
Patrimônio líquido	10.143.494	-	7.687	1.371	
Capital social	6.241.753	-	5.300	164	
Resultado do exercício	1.691.998	-	(633)	(693)	
c) Investimentos					
Saldos em 31 de dezembro de 2014	3.394.833	424.992	9.268	2.415	3.831.508
Equivalência patrimonial	(308.473)	144.608	(1.018)	(695)	(165.578)
Dividendos (3)	(83.260)	-	-	-	(83.260)
Participação no ajuste de avaliação patrimonial (4)	18.462	-	-	-	18.462
Perda na variação de participação (5)	(1.342)	-	-	-	(1.342)
Extinção de controlada (2)	-	(569.600)	-	-	(569.600)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.020.220	-	8.250	1.720	3.030.190
Equivalência patrimonial	538.973	-	(627)	(577)	537.769
Dividendos (3)	(209.691)	-	-	-	(209.691)
Participação no ajuste de avaliação patrimonial (4)	(27.288)	-	-	-	(27.288)
Perda na variação de participação (5)	(2.235)	-	-	-	(2.235)
Recebimento de ações por cisão (6)	22.296	-	-	-	22.296
Ganho na variação de participação pela cisão (7)	78.103	-	-	-	78.103
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.420.378	-	7.623	1.143	3.429.144

(1) Última cotação em bolsa por ação preferencial "A" nominativa – R\$ 14,20 em 29 de dezembro de 2016, o valor de mercado desse investimento naquela data era de R\$ 5.220.094;

(2) Empresa constituída no Uruguai foi dissolvida em 06 de agosto de 2015;

(3) Dividendos classificados no fluxo de caixa como atividade de investimentos;

(4) Participação no ajuste de avaliação patrimonial, decorrente de alterações de participação acionária, ganho atuarial e variação cambial reconhecida pela controlada;

(5) Perda na variação de participação, substancialmente decorrente da movimentação de ações em tesouraria na SPC;

(6) Incorporação de 10 milhões de ações ON vertidas por instrumento de cisão parcial da IPLF Holding S.A., em 31/08/2016 (nota explicativa 23.1);

(7) Ganho de participação decorrente da incorporação de 10 milhões de ações ON vertidas por instrumento de cisão parcial da IPLF Holding S.A., em 31/08/2016.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

15. Imobilizado – consolidado

	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Outros Ativos	Terrenos e Fazendas	Obras em Andamento	Total
Taxa média anual de depreciação	3,91%	5,30%	17,67%	-	-	-
Custo						
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.527.103	14.646.051	241.891	4.338.175	402.977	22.156.197
Transferências	117.792	411.720	32.418	10.429	(572.359)	-
Transferências entre outros ativos	(b) (17.266)	(77.066)	(1.903)	(1.291)	(15.376)	(112.902)
Adições	(21)	119.554	15.106	975	394.334	529.948
Baixas	(a) (1.100)	(34.401)	(1.737)	(12.196)	-	(49.434)
Capitalização de juros	-	-	-	-	6.930	6.930
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.626.508	15.065.858	285.775	4.336.092	216.506	22.530.739
Transferências	59.153	278.749	17.609	229.269	(584.780)	-
Transferências entre outros ativos	(b) -	32.593	-	-	(27.577)	5.016
Adições	(22)	88.561	11.154	(80)	783.074	882.687
Baixas	(a) (1.774)	(120.191)	(12.790)	(4.159)	-	(138.914)
Provisão para perdas ("impairment")	-	-	-	(192.538)	-	(192.538)
Capitalização de juros	-	-	-	-	3.448	3.448
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.683.865	15.345.570	301.748	4.368.584	390.671 (c)	23.090.438
Depreciação						
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(610.246)	(4.713.702)	(150.582)	-	-	(5.474.530)
Transferências entre outros ativos	(b) 10.031	65.328	2.590	-	-	77.949
Baixas	(a) 965	25.138	1.145	-	-	27.248
Depreciações	(86.469)	(707.510)	(20.812)	-	-	(814.791)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(685.719)	(5.330.746)	(167.659)	-	-	(6.184.124)
Transferências entre outros ativos	(41)	1.830	(1.789)	-	-	-
Baixas	(a) 759	111.525	12.552	-	-	124.836
Depreciações	(77.723)	(691.552)	(26.149)	-	-	(795.424)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(762.724)	(5.908.943)	(183.045)	-	-	(6.854.712)
Valor residual						
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.921.141	9.436.627	118.703	4.368.584	390.671 (c)	16.235.726
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.940.789	9.735.112	118.116	4.336.092	216.506	16.346.615

a) Os valores de baixas da SPC incluem, além das baixas por alienação, baixas por obsolescência e sucateamento;

b) Inclui transferências na SPC entre as rubricas de estoque, intangível e ativos não-correntes a venda.

c) O saldo de Obras em Andamento da SPC decorre dos investimentos realizados em consonância com sua estratégia para maximizar o retorno para os acionistas e estão assim subdivididos: i) negócios adjacentes R\$143.677; ii) competitividade estrutural R\$187.626; e iii) demais investimentos R\$59.368.

A classe de máquinas e equipamentos da SPC considera os montantes reconhecidos a título de arrendamento mercantil financeiro descritos na Nota explicativa 18.2.

Em 31 de dezembro de 2016, a SPC revisou o valor recuperável de seus ativos e, exceto por determinadas terras rurais nas regiões de Urbano Santos e Imperatriz no Estado do Maranhão e na região de Teresina no Estado do Piauí, não identificou nenhum outro evento que denotasse a redução do valor recuperável de seus ativos. Para avaliação das terras rurais, a SPC contratou avaliador especialista independente que emitiu laudo de avaliação conforme diretrizes específicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, onde apurou perda nesses ativos de R\$192.538 no Consolidado. Na controlada Paineiras Comercial, a perda apurada de R\$125.153 representa a realização

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

parcial do ajuste de custo atribuído ("*deemed cost*") realizado na adoção das IFRS em 1º de janeiro de 2009.

15.1 Bens dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2016, a SPC possuía bens do imobilizado dado como garantia em operações de empréstimos e processos judiciais, no montante de R\$11.155.204 (31 de dezembro de 2015, o montante de R\$10.932.132).

15.2 Despesas capitalizadas

Durante o exercício de 2016, foram capitalizados juros na SPC, no montante de R\$3.448 referente aos recursos utilizados para investimento em negócios adjacentes e em competitividade estrutural (31 de dezembro de 2015, o montante de R\$6.930 referente aos recursos utilizados para investimento em competitividade estrutural).

16. Ativos intangíveis – consolidado

16.1 Ágio

A SPC apurou ágio na aquisição da Vale Florestar, investimento já incorporado, e, na Paineiras Logística, nos montantes de R\$45.435 e R\$10, respectivamente.

O ágio apurado da Vale Florestar é atribuível principalmente às sinergias operacionais relacionadas ao manejo florestal das áreas assumidas através de contratos de arrendamento de terras por até 3 ciclos (21 anos).

16.2 Ativos intangíveis com vida útil definida

	Relacionamento com clientes	Marcas e patentes	Software	Acordo de pesquisa e desenvolvimento	Outros	Total
Vida útil em anos	5,0	10,0	5,0	18,8	11,8	
Custo de aquisição	22.617	1.176	82.237	309.711	8.129	423.870
Amortização acumulada	(21.863)	(829)	(31.864)	(82.026)	(3.108)	(139.690)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	754	347	50.373	227.685	5.021	284.180
Aquisições	-	-	11.640	-	-	11.640
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	(38.318)	(256)	(38.574)
Amortização	(754)	(91)	(17.669)	(12.950)	(387)	(31.851)
Baixas	-	-	(277)	(75.370) ^(a)	(3.182)	(78.829)
Transferências e outros	-	459	27.118	-	-	27.577
Saldo contábil	-	715	71.185	101.047	1.196	174.143
Custo de aquisição	22.617	1.635	120.718	196.023	4.691	345.684
Amortização acumulada	(22.617)	(920)	(49.533)	(94.976)	(3.495)	(171.541)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	715	71.185	101.047	1.196	174.143

- (a) Baixa de contratos de pesquisa e desenvolvimento biotecnológico de plantas, firmados com empresas independentes e reconhecidos pela SPC na aquisição da controlada FuturaGene Ltd. O intangível relacionado a estes contratos, com vida útil determinada, foi realizado (baixado), mediante decisão conjunta das partes de descontinuar as pesquisas em andamento por razões estratégicas.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos – consolidado

					Indexador	Taxa média anual de juros em 31.12.16	Vencimentos	31/12/2016	31/12/2015
Controlada direta Suzano Papel e Celulose S.A. - Consolidado									
Imobilizado:									
BNDIS - Finem	(a)	(b)	Taxa fixa / TJLP	8,92%	2017 a 2026			1.096.648	1.353.777
BNDIS - Finem		(b)	Cesta de moedas / US\$	6,41%	2017 a 2023			490.718	675.576
BNDIS - Finame	(a)		Taxa fixa / TJLP	4,27%	2017 a 2024			18.548	21.982
FNE - BNB		(b)	Taxa fixa	5,21%	2017 a 2024			218.937	200.794
FINEP		(b)	Taxa fixa	4,15%	2017 a 2020			35.263	49.948
Crédito rural			Taxa fixa					-	112.424
Arrendamento mercantil financeiro			CDI / US\$		2017 a 2022			23.632	32.619
Financiamentos de Importações / ECA	(b)	(c)	US\$	2,89%	2017 a 2022			1.078.696	1.571.288
								2.962.442	4.018.408
Capital de giro:									
Financiamentos de exportações	(d)		US\$	4,73%	2017 a 2022			1.940.764	2.501.592
Nota de crédito de exportação	(e)		CDI / Taxa fixa	13,63%	2017 a 2026			3.242.035	3.077.244
Senior Notes	(f)		US\$ / Taxa fixa	5,82%	2021 a 2026			3.787.755	2.553.535
Desconto de duplicatas - Vendor					2017			32.957	38.470
Cédula de crédito bancário - CCB			CDI					-	178.271
Empréstimo sindicalizado	(g)		Libor	3,01%	2018 a 2020			1.950.463	2.329.362
Risco sacado								-	206.454
Outros					2017			96.363	14.006
								11.050.337	10.898.934
Controladora									
Investimento:									
BNDISPAR			TJLP	4,50%	2016 a 2018			959	12.709
								14.013.738	14.930.051
Parcela circulante (inclui juros a pagar)								1.595.326	2.036.729
Passivo não circulante								12.418.412	12.893.322

Os financiamentos e empréstimos consolidados não circulantes vencem como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
2017	-	1.398.944
2018	2.489.329	2.606.135
2019	2.569.759	4.058.317
2020	2.807.001	1.354.486
2021	2.733.599	3.244.635
2022	105.600	149.942
2023 em diante	1.713.124	80.863
	12.418.412	12.893.322

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- (a) Operações captadas a 6% a.a. da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") divulgada pelo Banco Central. Modelo de operação de termo de capitalização, ou seja, o que ultrapassar 6% a.a., é incorporado ao valor do principal e submetido a mesma taxa de juros nominal citada.
- (b) Os empréstimos e financiamentos estão garantidos, conforme o caso, por i) hipotecas da fábrica; ii) propriedades rurais; iii) alienação fiduciária de bens objeto dos financiamentos; iv) aval de acionistas e v) fiança bancária.
- (c) A SPC firmou contrato de financiamento de US\$ 150 milhões para financiar a importação de equipamentos para a Unidade de Mucuri, captou também recursos referentes à contratação de duas operações financeiras de financiamento à importação *Export Credit Agency* ("ECA") de equipamentos destinados às instalações da unidade de produção de celulose no Maranhão, no montante total contratado equivalente a US\$ 535 milhões, pelo prazo de até 9,5 anos, com garantia total *Finnvera* de "*Export Credit Agency*". Estes contratos possuem cláusulas definindo a manutenção de determinados níveis de alavancagem, as quais são verificadas e o atendimento é confirmado após 60 e 120 dias do fechamento dos meses de junho e dezembro de cada exercício social, respectivamente. Com relação aos resultados de junho de 2016, a SPC cumpriu todas as cláusulas estabelecidas nos contratos.
- (d) No período compreendido entre janeiro e dezembro de 2016, nenhuma nova operação de Financiamento de Exportação foi contratada.
- (e) Em 2016, a SPC contratou operações de Nota de Crédito de Exportação ("NCE"), sendo 1 (uma) no montante de R\$1.000.000 em novembro, 2 (duas) em maio nos montantes de R\$100.000 e R\$200.000 e, em Abril 1 (uma) no montante de R\$600.000, sendo todas securitizadas em Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), com taxas entre 96% a 98% do CDI, sendo os juros pagos semestralmente e o principal em parcela única ao final de cada operação entre 2018 a 2020. Neste período a SPC liquidou operações de NCE no montante total de R\$1.313.500.
- (f) Em julho de 2016, a SPC por intermédio da sua subsidiária Suzano Áustria, emitiu *Senior Notes (Green Bonds)* no mercado internacional no valor de US\$ 500 milhões com vencimento em 14 de julho de 2026, cupom com pagamento semestral de 5,75% a.a. para rentabilidade final ao investidor. Em setembro de 2010 a SPC, por intermédio da sua subsidiária Suzano Trading, emitiu *Senior Notes* no mercado internacional no valor de US\$ 650 milhões com vencimento em 23 de janeiro de 2021, cupom com pagamento semestral de 5,88% a.a. e retorno para o investidor de 6,13% a.a. A SPC é garantidora dessas emissões, a qual constitui uma obrigação sênior sem garantia real da emissora ou da SPC, e concorre igualmente com as demais obrigações dessas companhias de natureza semelhante.
- (g) Em maio de 2015, a SPC, através de sua subsidiária Suzano Europa, contratou empréstimo sindicalizado no valor de US\$ 600 milhões com pagamento de juros trimestral e amortização do principal entre maio de 2018 e maio de 2020. Esse empréstimo possui cláusulas definindo a manutenção de determinados níveis de alavancagem, as quais são verificadas e o atendimento é confirmado após 60 e 120 dias do fechamento dos meses de junho e dezembro de cada exercício social, respectivamente. Com relação aos resultados de junho de 2016, a SPC cumpriu com os níveis estabelecidos.

Em determinados contratos de financiamentos da SPC há cláusulas de *covenants* financeiros e não financeiros. As cláusulas de *covenants* financeiros estabelecem determinados níveis máximos de alavancagem expressos, normalmente, pela razão Dívida Líquida/EBITDA (*Earnings Before Income, Taxes, Depreciation and Amortization*), os quais na data dessas demonstrações financeiras a SPC encontra-se adimplente. No caso das cláusulas de *covenants* não financeiros, dispõe essencialmente de nível máximo de cessão de contas a receber, garantias a terceiros e venda de ativos operacionais.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

17.1 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2014	14.037.615	25.486
Captações	4.107.775	-
Juros apropriados	1.055.118	2.041
Variação cambial	2.871.789	-
Liquidação de principal	(6.136.773)	(12.777)
Liquidação de juros	(1.017.847)	(2.041)
Custos de captação	(39.395)	-
Amortização dos custos de captação	51.769	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	14.930.051	12.709
Captações	5.665.635	-
Juros apropriados	949.729	811
Variação cambial	(1.651.688)	-
Liquidação de principal	(4.864.807)	(11.769)
Liquidação de juros	(1.013.126)	(792)
Deságio	(15.236)	-
Amortização de deságio	570	-
Custos de captação	(33.978)	-
Amortização dos custos de captação	46.588	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	14.013.738	959

17.2 Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários

Natureza	Custo Total	Amortizações	Consolidado	
			Saldo a amortizar	
			31/12/2016	31/12/2015
Senior Notes	64.669	(34.975)	29.694	32.394
NCE	67.747	(34.425)	33.322	28.983
Importação (ECA)	101.811	(62.915)	38.896	53.679
Empréstimo Sindicalizado	19.629	(7.849)	11.780	20.887
Outros	2.990	(1.112)	1.878	1.829
Total	256.846	(141.276)	115.570	137.772

O custo de captações, quando incorridos em moeda estrangeira, são amortizados nos prazos dos contratos com base na taxa efetiva de juros e na moeda de origem, sendo convertidos para Reais para fins de apresentação.

17.3 Garantias de empréstimos e financiamentos

Alguns contratos de empréstimo e financiamento possuem cláusulas de garantia dos próprios equipamentos financiados ou outros ativos imobilizados indicados pela SPC (Nota explicativa 15.1).

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

18 Arrendamento Mercantil - consolidado

18.1 Arrendamento mercantil financeiro

A SPC mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro, relacionados a equipamentos utilizados no processo industrial de fabricação de celulose e papel onde a SPC assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade. Alguns contratos são denominados em Dólares norte-americanos e possuem cláusulas de opção de compra de tais ativos ao final do prazo do arrendamento, que variam de 5 a 15 anos, por um preço substancialmente inferior ao seu valor justo. A Administração possui a intenção de exercer as opções de compra nas datas previstas em cada contrato.

Os valores contabilizados no ativo imobilizado, líquidos de depreciação, e o valor presente das parcelas obrigatórias do contrato (financiamentos) correspondente a esses ativos, estão abaixo demonstrados:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Máquinas e equipamentos	108.565	108.565
(-) Depreciação acumulada	(97.917)	(95.335)
Imobilizado líquido	10.648	13.230
Valor presente das parcelas obrigatórias (financiamentos)		
Menos de 1 ano	4.796	5.509
Mais de 1 ano e até 5 anos	18.836	25.830
Mais de 5 anos	-	1.280
Total do valor presente das parcelas obrigatórias (financiamentos)	23.632	32.619
Encargos financeiros a serem apropriados no futuro	5.937	6.911
Valor das parcelas obrigatórias ao final dos contratos	29.569	39.530

18.2 Arrendamento mercantil operacional

A SPC mantém contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados à locação de áreas, escritórios, imóveis, veículos, centrais telefônicas e equipamentos de *hardware* e serviço de instalação, cujos contratos foram celebrados em Reais. A Administração não possui a intenção de compra dos ativos ao final do contrato e o prazo dos contratos não são equivalentes à parte substancial da vida útil dos ativos.

Os pagamentos do arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa operacional na demonstração do resultado da SPC.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Descrição	Valor da parcela mensal	Indexador	Vencimento
Escritórios administrativos e depósitos	1 a 1.092	IGP-M e IPCA/IBGE	01/01/2017 a 27/01/2024
Central telefônica e licenças	1 a 208	IGP-DI	30/09/2017

Abaixo a agenda de pagamentos mínimos vincendos:

	31/12/2016
Até um ano	13.934
Mais de um ano e até três anos	23.635
Mais de três e até cinco anos	20.968
Total das parcelas vincendas	58.537

18.3 Demais Compromissos

A SPC no curso normal de suas operações estabelece contratos e compromissos comerciais a fim de garantir melhores condições operacionais, visando ampliação de seus negócios, sendo os principais apresentados a seguir:

i) Contratos de arrendamento de terras para formação de florestas de eucalipto, cujos prazos podem atingir até 21 anos (3 ciclos de formação florestal) e possuem cláusulas de opção de renovação. Os pagamentos realizados são registrados como custo de formação florestal e registrados na rubrica de ativos biológicos sendo levados ao resultado na exaustão das florestas. As parcelas vincendas na data dessas demonstrações financeiras equivalem a R\$1.377.014.

ii) Contratos de venda futura de produtos acabados, lastreados em operações de venda de *performance*, registrados no curto prazo. Os valores são reconhecidos inicialmente na rubrica de adiantamento de clientes sendo levados ao resultado na medida em que as operações de entrega destes produtos são efetivadas. Em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$495.918 registrado na rubrica de adiantamento de clientes.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

19. Provisão para contingências

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Reversões	Atualizações monetárias	Liquidação de processos	Saldo em 31/12/2016
SPC consolidado						
Tributárias e previdenciárias	167.185	28.334	(21.443)	32.289	-	206.365
Trabalhistas	29.385	17.488	(2.446)	6.685	(12.682)	38.430
Cíveis	1.989	1.180	(2.615)	1.285	-	1.839
	<u>198.559</u>	<u>47.002</u>	<u>(26.504)</u>	<u>40.259</u>	<u>(12.682)</u>	<u>246.634</u>
Controladora						
Suzano Holding S.A.						
Tributárias	27.383	-	-	-	-	27.383
	<u>225.942</u>	<u>47.002</u>	<u>(26.504)</u>	<u>40.259</u>	<u>(12.682)</u>	<u>274.017</u>

Os principais processos da SPC e suas controladas são comentados a seguir:

19.1 Processos tributários e previdenciários

Em 31 de dezembro de 2016, a SPC figura no polo passivo em 307 processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária, nos quais são discutidas matérias relativas a compensações de determinados créditos fiscais, autos de infração, multas e tomada de alguns créditos fiscais.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a SPC mantinha R\$49.433 e R\$37.869, respectivamente de depósitos judiciais relacionados a estes processos.

19.2 Processos Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2016, a SPC figurava no polo passivo em 2.320 processos de natureza trabalhista.

De maneira geral, os processos trabalhistas da SPC estão relacionados, principalmente, a questões frequentemente contestadas por empregados de empresas agroindustriais, como certas verbas salariais e/ou rescisórias, além de ações propostas por empregados de empresas contratadas para prestação de serviços para a SPC.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a SPC e suas controladas mantinham R\$37.664 e R\$23.784, respectivamente, de depósitos judiciais relacionados a estes processos.

19.3 Processos Cíveis

Em 31 de dezembro de 2016, a SPC figurava no polo passivo em 303 processos cíveis.

Os processos cíveis estão relacionados, principalmente, a matérias de natureza indenizatória, inclusive decorrentes de obrigações contratuais, acidente de trânsito, ações possessórias, ambientais, dentre outras.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

19.4 Processos judiciais não provisionados

A SPC possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco com probabilidade de perda classificado pela Administração e por seus assessores legais como possível. Os referidos processos possuem natureza semelhante àqueles cujo o risco de perda é classificado como provável, entretanto, com probabilidade de perda possível.

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Tributários e previdenciários	193.922	212.734
Trabalhistas	38.667	29.810
Cíveis	1.310	1.410
	233.899	243.954

Os processos judiciais envolvendo a Companhia são descritos a seguir:

19.5 Tributação de ganho de capital na alienação de investimento – Auto de Infração

Em dezembro de 2010, a Companhia foi autuada pela Receita Federal, que desconsiderou a redução de capital efetuada em 2007 para entregar aos seus acionistas as ações da Suzano Petroquímica S.A, em seu poder, como forma de viabilizar a alienação de referidas ações diretamente pelos acionistas à Petrobrás. A Receita Federal considerou que a venda das Ações SZPQ teria sido feita pela pessoa jurídica. O valor do auto de infração foi de R\$394 milhões. Após discussão em âmbito administrativo, o auto foi integralmente cancelado por decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.

Dada a existência de depósitos judiciais vinculados à discussão administrativa acima resumida, os quais somavam R\$ 274 milhões em dezembro de 2015, a Companhia requereu o levantamento da quantia em juízo, o que teve aquiescência da Procuradoria da Fazenda Nacional e foi deferido pela Justiça igualmente em dezembro de 2015. Com a liberação dos recursos, a discussão sobre a matéria está definitivamente encerrada.

19.6 Processos tributários

A Companhia figura no polo passivo de um processo judicial, de natureza tributária, no qual é discutida a não-incidência de PIS/COFINS sobre valores recebidos a título de juros sobre capital próprio, o qual encontra-se provisionado no montante de R\$27.383, devido a probabilidade de perda ser considerada provável pelos assessores jurídicos externos da Companhia e pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia mantinha R\$27.383 de depósito judicial relacionado a este processo.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

20. Passivos atuariais – consolidado

20.1 Planos de benefícios definidos

A Companhia e suas controladas asseguram o custeio de assistência médica para ex-funcionários que se aposentaram até 2004 e que não optaram pelo plano de previdência complementar oferecido pela empresa.

Para outro grupo de ex-funcionários que, excepcionalmente por critério e deliberação da Companhia e suas controladas, ou segundo critérios e direitos associados ao cumprimento da legislação pertinente, a Companhia e suas controladas asseguram o programa de assistência médica.

A Companhia e suas controladas asseguram o custeio de 80% de seguro de vida para ex-funcionários que se aposentaram até 2004 e que não optaram pelo plano de previdência complementar oferecido pela empresa.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o valor das obrigações futuras destes benefícios foi de R\$339.009 e R\$263.141, respectivamente.

20.2 Principais hipóteses atuariais econômicas e biométricas utilizadas no cálculo do passivo

	31/12/2016	31/12/2015
Taxa de desconto - plano médico	5,65% a.a.	7,30% a.a.
Taxa de desconto - seguro de vida	5,65% a.a.	7,30% a.a.
Taxa de crescimento dos custos médicos acima da inflação básica	3,0% a.a.	3,0% a.a.
Inflação econômica	5,50% a.a.	5,70% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57

Em 31 de dezembro de 2016, a sensibilidade do saldo do passivo atuarial às mudanças nas principais premissas utilizadas, considerando mantidas as demais, é como segue:

	Mudança	Aumento na premissa	Redução na premissa
Taxa de desconto	0,50%	Redução de 5,75%	Aumento de 6,41%
Taxa de crescimento dos custos médicos	0,50%	Aumento de 6,38%	Redução de 5,77%
Mortalidade	1 ano	Aumento de 4,41%	Redução de 4,27%

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

20.3 Movimentação do passivo atuarial

Saldo inicial em 31 de dezembro de 2014	277.463
Juros sobre obrigação atuarial	33.629
Ganho atuarial	(31.981)
Benefícios pagos no exercício	(15.970)
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2015	263.141
Juros sobre obrigação atuarial	36.856
Perda atuarial	54.422
Benefícios pagos no exercício	(15.410)
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	339.009

21. Plano de remuneração de longo prazo baseado em ações

21.1 Opções de Ações Fantasma ou Phantom Stock Options (PSO)

Determinados executivos e membros chave da Administração da Companhia e sua controlada SPC, possuem plano de remuneração de longo prazo atrelado ao preço da ação com pagamento em dinheiro.

As condições gerais de aquisição das opções, tais como, preço de exercício, quantidade de opções, carência e de outorga das opções de ações fantasmas a esses executivos (beneficiários) são definidos em regulamentos específicos segundo diretrizes e condições estabelecidas pela Companhia e pela SPC.

Em 1º de abril de 2016 e em 3 de outubro de 2016, a Companhia e a SPC, respectivamente, outorgaram o Programa SAR 2016 (*Share Appreciation Rights*) de opções de ações fantasma. Nesse programa, o participante deverá investir 5% do valor total correspondente ao número de opções de ações fantasmas no momento da outorga e 20% após três anos para efetivar a aquisição da opção.

O prazo de carência e de vencimento das opções podem variar de 3 até 6 anos, a partir da data de outorga, de acordo com as características de cada plano.

O valor da ação é calculado da média da cotação das ações dos últimos 90 pregões contando-se a partir do fechamento do último dia útil de pregão do mês anterior ao mês da concessão. As parcelas destes programas serão reajustadas com base na variação da cotação das ações da Suzano (SUZB5) entre a data de concessão e a de pagamento. Nas datas em que não ocorra negociação das ações SUZB5, prevalecerá o valor da última negociação.

As opções de ações fantasmas somente serão devidas caso o beneficiário esteja no quadro de funcionários da Companhia e suas controladas na data do pagamento. No caso de rescisão do contrato de trabalho por iniciativa da Companhia e suas controladas, ou por iniciativa do beneficiário, antes de completar o prazo de carência, e executivo perde o direito ao recebimento de todos os benefícios, exceto quando estabelecido de outra forma em contratos.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Controladora Suzano Holding		
	31/12/2016	31/12/2015
	Ações (Nº)	Ações (Nº)
Disponíveis no início do exercício	475.563	634.307
Outorgadas durante o exercício	112.167	141.945
Transferência entre empresas	(32.061)	-
Exercidas ^(a)	(152.286)	(295.712)
Exercidas por demissão ^(a)	(179.442)	-
Abandonadas / prescritas por demissão	-	(4.977)
Disponíveis no final do exercício	223.941	475.563

^(a) Para as ações exercidas e exercidas por demissão, o preço médio em 31 de dezembro 2016 e 2015, foram de R\$11,07 e R\$17,19, respectivamente.

Controlada Suzano Papel e Celulose		
	31/12/2016	31/12/2015
	Ações (Nº)	Ações (Nº)
Disponíveis no início do exercício	3.570.103	3.800.036
Outorgadas durante o exercício	1.092.921	1.423.596
Transferência entre empresas	32.061	-
Abandonadas / prescritas	-	(281.590)
Exercidas ^(a)	(1.144.900)	(999.613)
Exercidas por demissão ^(a)	(138.896)	(98.335)
Abandonadas / prescritas por demissão	(362.298)	(273.991)
Disponíveis no final do exercício	3.048.991	3.570.103

^(a) Para as ações exercidas e exercidas por demissão, o preço médio em 31 de dezembro 2016 e 2015, foram de R\$10,63 e R\$17,30, respectivamente.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2016, os planos de opções de ações fantasmas em aberto estão abaixo apresentados:

Controladora Suzano Holding - 31/12/2016

Programa	Data de Outorga	2a. Carência	Preço Justo na Outorga	Quant. Opções Outorgadas
SAR 2014	01/04/2014	01/04/2019	R\$ 8,93	92.658
SAR 2015	01/04/2015	01/04/2020	R\$ 11,69	73.154
SAR 2016	01/04/2016	01/04/2021	R\$ 15,96	58.129
Total:				223.941

Controlada Suzano Papel e Celulose - 31/12/2016

Programa	Data de Outorga	2a. Carência	Preço Justo na Outorga	Disponíveis no Fim do Período
ILP 2012	01/03/2012	01/03/2018	R\$ 7,49	24.812
SAR 2014	01/04/2014	01/04/2019	R\$ 8,93	809.797
Diferimento 2014	01/03/2015	01/03/2018	R\$ 10,80	234.378
Diferimento 2014	01/03/2015	01/03/2019	R\$ 10,80	234.378
SAR 2015	01/04/2015	01/04/2020	R\$ 11,69	665.740
SAR 2015 - Setembro	01/09/2015	01/09/2020	R\$ 15,99	4.340
ILP 2015	01/09/2015	01/09/2021	R\$ 15,99	25.016
Diferimento 2015	01/03/2016	01/03/2019	R\$ 16,93	85.159
Diferimento 2015	01/03/2016	01/03/2020	R\$ 16,93	85.159
SAR 2016	01/04/2016	01/04/2021	R\$ 15,96	662.409
PLUS 2016	01/04/2016	01/04/2021	R\$ 15,96	208.869
SAR 2016 - Outubro	03/10/2016	03/10/2021	R\$ 11,03	8.934
TOTAL				3.048.991

21.2 Plano de Opções de compra de ações preferenciais classe 'A' ou alternativamente em moeda corrente

São elegíveis ao plano determinados executivos, administradores e colaboradores (beneficiários). As condições gerais de aquisição, tais como, preço de exercício, quantidade de ações, carência e de outorga das opções de compra das ações a esses executivos (beneficiários) são definidas em regulamentos específicos segundo diretrizes e condições estabelecidas pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da SPC.

As opções outorgadas não poderão ultrapassar 2% do total de ações do capital social integralizado e subscrito da SPC, assim como deverão ser provenientes: i) emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado da SPC; e/ou, ii) de ações mantidas em tesouraria.

O Programa III concede aos beneficiários o direito de comprar ações da SPC por um preço pré-definido desde que as metas relacionadas a: i) Valorização das Ações da SPC; ii) relação dívida líquida / EBITDA (*Earnings before interest, taxes, depreciation, and amortization*); e, iii) ROE (*Return on Equity*) sejam atingidas. A superação destas metas também tem o efeito de redução do período de carência em 12 meses.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Durante o período de carência para exercício das opções, é vedada ao beneficiário a alienação ou a constituição de quaisquer ônus que recaiam sobre essas opções.

Programa	Séries outorgadas	Data de outorga	1º data exercício	2º data exercício e expiração	Preço na data de outorga	Ações Outorgadas	Ações Exercidas	Total em vigor em 31/12/2016
Programa 3	Série I	18/01/2013	18/01/2015	18/04/2015	3,53	1.800.000	1.800.000	-
	Série II	18/01/2013	18/01/2016	18/04/2016	3,71	1.800.000	1.800.000	-
	Série III	18/01/2013	18/01/2018	18/04/2018	3,91	1.800.000	1.800.000	-
	Série IV	18/01/2013	18/01/2019	18/04/2019	3,96	1.800.000	-	1.800.000
	Série V	18/01/2013	18/01/2020	18/04/2020	3,99	1.800.000	-	1.800.000
Total						9.000.000	5.400.000	3.600.000

Em 31 de dezembro de 2016, 8.845 mil ações preferenciais classe “A” em tesouraria da SPC servem de lastro às opções outorgadas do Plano.

21.3 Premissas de mensuração

O Plano de opções de ações fantasma, por ser liquidado em caixa, o valor justo das opções é remensurado ao término de cada período com base no método Monte Carlo - MMC, sendo este multiplicado pelo TRS (*Total Shareholder Return*) observado no período (o qual varia entre 75% e 125% e depende do desempenho da ação SUZB5 em relação às ações de empresas do mesmo setor no Brasil).

O Plano de opções de ações preferenciais Classe A do Programa III, o valor justo foi estimado com base no modelo probabilístico Binomial, o qual considera a taxa de distribuição de dividendos e as seguintes premissas:

Descrição das premissas	Indicadores			
	Opções			
	Programa III	SAR 2014	SAR 2015	SAR 2016 e Plus 2016
Modelo de Cálculo	Binomial	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Preço do ativo base ^(a) (por ação)	R\$7,73	R\$11,68	R\$11,13	R\$10,39
Expectativa de volatilidade ^(b)	40,47% a.a.	36,82 % a.a.	34,77 % a.a.	33,85 % a.a.
Expectativa de vida média das ações fantasma / opções ^(c)	Igual à vida da opção			
Expectativa de dividendos ^(d)	3,49% a.a.	2,94% a.a.	2,94% a.a.	4,80% a.a.
Taxa de juros média ponderada livre de risco ^(e)	8,99%	11,90%	12,83%	14,33%

- (a) A expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, levando em consideração o tempo remanescente para completar o período de aquisição, bem como a volatilidade histórica dos retornos, considerando desvio padrão de 745 observações de retornos;
- (b) A expectativa de vida média das ações fantasma e opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício;
- (c) A expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da SPC;
- (d) A taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Os valores correspondentes aos serviços recebidos e reconhecidos nas informações trimestrais estão abaixo demonstrados:

	Consolidado			
	Passivo e Patrimônio líquido		Resultado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Passivo não circulante				
Provisão com plano de ações fantasma	20.710	48.513	(81)	(35.214)
Patrimônio líquido				
Reserva de opções de compra de ações	19.755	23.091	(3.337)	(2.848)
Resultado			(3.418)	(38.062)

	Controladora			
	Passivo		Resultado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Passivo não circulante				
Provisão com plano de ações fantasma	1.860	5.791	(610)	(5.834)
Resultado			(610)	(5.834)

22. Compromissos com aquisição de ativos – consolidado

22.1 Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRI”)

Em 31 de dezembro de 2016, os compromissos da SPC relacionados à aquisição de terrenos, fazendas, reflorestamento e casas em construção no Maranhão totalizaram o montante de R\$159.457 no consolidado, apresentadas na rubrica de compromissos com aquisição de ativos no passivo circulante e não circulante (31 de dezembro de 2015, totalizaram o montante de R\$167.485).

22.2 Aquisição do Vale Florestar Fundo de Investimento em Participações (“VFFIP”)

Adquirido em agosto de 2014 pela SPC, pelo montante de R\$528.941, mediante sinal de R\$44.998 e o saldo remanescente, parte atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) e parte atualizado pela variação cambial do Dólar, acrescentado cupom médio de 5,07 % a.a.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, este compromisso remanescente atualizado é de R\$657.379 no consolidado.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

23. Patrimônio líquido

23.1 Capital autorizado

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da Companhia era de R\$ 1.975.670, integralmente realizado e dividido em 172.927.303 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 75.034.146 ações ordinárias com direito a voto, 68.572.827 ações preferenciais de classe A e 29.320.330 ações preferenciais de classe B sem direito a voto.

A Assembleia Geral Extraordinária de 31 de agosto de 2016 aprovou a proposta da Cisão parcial da IPLF Holding S.A. e versão da parcela cindida para Companhia, com consequente aumento do capital social da Companhia em R\$22.296, passando de R\$1.953.374 para R\$1.975.670, com emissão de 4.228.800 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 50 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, as quais foram atribuídas e entregues aos atuais acionistas da IPLF Holding S.A., na proporção da participação destes acionistas no capital social da IPLF Holding S.A.

A Assembleia Geral Extraordinária de 31 de agosto de 2016 aprovou também a conversão de 9.775.358 ações ordinárias de emissão da Companhia gravadas com as cláusulas de incomunicabilidade, impenhorabilidade e inalienabilidade, em 9.775.358 ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, com os mesmos direitos das ações preferenciais classe A existentes, nos termos do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, com extinção da cláusula de inalienabilidade e manutenção da sub-rogação das cláusulas de incomunicabilidade e impenhorabilidade. Em ato contínuo, aprovou a conversão de 9.775.358 ações preferenciais classe A de emissão da Companhia gravadas com as cláusulas de incomunicabilidade e impenhorabilidade, em 9.775.358 ações ordinárias de emissão da Companhia, com os mesmos direitos das ações ordinárias existentes, e manutenção da sub-rogação das cláusulas de incomunicabilidade e impenhorabilidade.

23.2 Dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

Em 28 de abril de 2016, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária (AGE) que aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 77.107, debitados a Reserva de Lucros, da seguinte forma: R\$ 0,432 (quarenta e três centavos de real e cinquenta milésimos de centavos de real) para as ações ordinárias; R\$0,4752 (quarenta e sete centavos de real e cinquenta e dois milésimos de centavos de real) para as ações preferenciais classe A e classe B. Os dividendos foram pagos aos acionistas em 05 de maio de 2016, com base na posição acionária em 28 de abril de 2016, passando as ações a serem negociadas “ex-direitos” a partir de 29 de abril de 2016.

Em 16 de fevereiro de 2016, foi realizada Reunião de Diretoria (RD) que aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 167.777, debitados a Reserva de Lucros, da seguinte forma: R\$0,94 (noventa e quatro centavos de real) para as ações ordinárias; R\$1,034 (um e três centavos de real e quarenta milésimos de centavos de real) para as ações preferenciais classe A e classe B. Os dividendos foram pagos aos acionistas em 25 de fevereiro

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

de 2016, com base na posição acionária em 16 de fevereiro de 2016, passando as ações a serem negociadas “ex-direitos” a partir de 17 de fevereiro de 2016.

Dividendos propostos no exercício

	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício	542.191
Reserva legal	<u>(27.110)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>515.081</u>
 Dividendo mínimo obrigatório - 25%	 <u><u>128.770</u></u>

23.3 Reservas

i. Reservas de lucros

O estatuto social da Companhia estabelece a formação de uma reserva especial destinada a futuro aumento de capital, no montante de 90% do valor que remanescer após a apropriação da reserva legal e alocação dos dividendos, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. O saldo remanescente poderá ser destinado à Reserva Estatutária Especial com a finalidade de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, limitada a 20% do capital.

ii. Reserva de capital

A Reserva de capital é composta pelos saldos das reservas de incentivos fiscais e ganhos de variação de participação em controlada.

23.4 Ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes

i. Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia registrou nesta rubrica do balanço as contrapartidas dos ajustes do custo atribuído quando da adoção das IFRS em 1º de janeiro de 2009 na SPC. A movimentação desta rubrica ocorre pela realização dos itens do imobilizado, bem como, demais contrapartidas decorrentes da aplicação das IFRS. Adicionalmente, nesta rubrica são registradas as variações cambiais de controladas no exterior, o ganho (perda) com a atualização dos passivos atuariais e o resultado com a conversão das debêntures da 5ª emissão em ações com Partes Relacionadas, líquidos do imposto de renda e contribuições sociais diferidos da SPC.

23.5 Lucro (prejuízo) por ação

Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação foi calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o período.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	31/12/2016			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Lucro atribuível aos acionistas controladores	218.282	226.893	97.015	542.191
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	72.567	68.573	29.320	170.460
Lucro básico por ação	3,00800	3,30880	3,30880	

	31/12/2015			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores	(91.486)	(97.462)	(41.673)	(230.621)
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	70.805	68.573	29.320	168.698
Prejuízo básico por ação	(1,29208)	(1,42129)	1,42129	

Diluído

A Companhia não apresentou ações potenciais que provocariam diluição.

24. Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Rendimento de aplicações financeiras	343.854	277.180	9.947	7.098
Receitas financeiras com avais e fianças concedidas	-	-	3.262	12.755
Outras receitas financeiras	28.452	35.318	197	18.691
Total das receitas financeiras	372.306	312.498	13.406	38.544
Despesas de juros	(1.088.873)	(1.192.430)	(813)	(2.042)
Outras despesas financeiras	(78.886)	(60.031)	(202)	(2.500)
Total das despesas financeiras	(1.167.759)	(1.252.461)	(1.015)	(4.542)
Variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos	1.619.202	(3.286.245)	-	-
Variações monetárias e cambiais sobre outros ativos e passivos	(251.921)	457.839	-	(144.607)
Varição monetária e cambial, líquida	1.367.281	(2.828.406)	-	(144.607)
Ganhos em operações com derivativos	804.129	156.777	-	-
Perdas em operações com derivativos	(275.290)	(787.028)	-	-
Resultado de operações com derivativos	528.839	(630.251)	-	-
Receitas financeiras	2.268.426	312.498	13.406	38.544
Despesas financeiras	(1.167.759)	(4.711.118)	(1.015)	(149.149)
Resultado financeiro líquido	1.100.667	(4.398.620)	12.391	(110.605)

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

25. Receita Líquida – consolidado

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta de vendas	11.056.801	11.263.696
Deduções		
Impostos sobre vendas (a)	(1.087.711)	(971.037)
Devoluções e cancelamentos	(76.654)	(60.461)
Descontos e abatimentos	(9.807)	(7.470)
Receita Líquida	9.882.629	10.224.728

(a) Inclui o montante de 1% até o mês de novembro de 2015 e 2,5% de dezembro de 2015 em diante sobre o valor da receita bruta das vendas no mercado doméstico, referente a contribuição social ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, com vigência indeterminada, conforme estabelece a Lei 12.546/11, artigo 8º, Anexo I e suas respectivas alterações.

26. Informação por segmento e áreas geográficas – consolidado

A Companhia e suas controladas avaliam o desempenho de seus segmentos operacionais através do resultado operacional. As informações apresentadas nas colunas “Não Segmentado” referem-se a itens da demonstração de resultado e do balanço patrimonial não diretamente atribuíveis aos segmentos de papel, celulose e imobiliário como, por exemplo, resultado financeiro líquido e despesas com imposto de renda e contribuição social, além de itens de classificação patrimonial do ativo e passivo.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	31/12/2016				
	Celulose	Papel	Imobiliário	Não Segmentado	Total
Receita líquida	6.141.891	3.740.422	316	-	9.882.629
Mercado interno	706.488	2.617.811	316	-	3.324.615
Mercado externo	5.435.403	1.122.611	-	-	6.558.014
Ásia	2.502.344	32.054	-	-	2.534.398
Europa	1.957.569	143.036	-	-	2.100.605
América do Norte	898.442	327.718	-	-	1.226.160
América do Sul e Central	71.725	568.253	-	-	639.978
África	5.323	51.550	-	-	56.873
CPV + Despesas operacionais	(4.077.292)	(2.494.330)	(1.488)	-	(6.573.110)
Lucro bruto	2.064.599	1.246.092	(1.172)	-	3.309.519
Margem operacional	33,6%	33,3%	-370,9%	-	33,5%
Despesas (receitas) operacionais	(1.347.490)	(638.981)	(851)	(4.299)	(1.991.621)
Equivalência patrimonial	-	(7.127)	-	-	(7.127)
Resultado Operacional (EBIT)	717.109	599.984	(2.023)	(4.299)	1.310.771
Margem operacional (%)	11,7%	16,0%	-640,2%	-	13,3%
Resultado financeiro líquido	-	-	-	1.100.667	1.100.667
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	717.109	599.984	(2.023)	1.096.368	2.411.438
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-	-	(728.983)	(728.983)
Lucro (prejuízo) do exercício	717.109	599.984	(2.023)	367.385	1.682.455
	11,7%	16,0%	-640,2%	-	17,0%
Lucro atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	1.140.264	1.140.264
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas controladores	717.109	599.984	(2.023)	(772.879)	542.191
Total do ativo (a)	17.765.172	6.830.676	9.657	5.014.454	29.619.959
Total do passivo (a)	815.332	704.409	346	17.908.923	19.429.010
Total do patrimônio líquido (a)	-	-	-	10.190.949	10.190.949
Venda de produtos (em toneladas)	3.530.116	1.195.601	-	-	4.725.717
Mercado externo	3.117.486	361.996	-	-	3.479.482
Mercado interno	412.630	833.605	-	-	1.246.235

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	31/12/2015				
	Celulose	Papel	Imobiliário	Não Segmentado	Total
Receita líquida	6.603.405	3.620.956	367	-	10.224.728
Mercado interno	822.294	2.308.969	367	-	3.131.630
Mercado externo	5.781.111	1.311.987	-	-	7.093.098
Ásia	2.664.452	78.071	-	-	2.742.523
Europa	2.130.941	144.017	-	-	2.274.958
América do Norte	883.422	365.663	-	-	1.249.085
América do Sul e Central	102.296	648.637	-	-	750.933
África	-	75.599	-	-	75.599
CPV + Despesas operacionais	(3.654.206)	(2.530.040)	(1.594)	-	(6.185.840)
Lucro bruto	2.949.199	1.090.916	(1.227)	-	4.038.888
Margem operacional	44,7%	30,1%	-334,3%	-	39,5%
Despesas (receitas) operacionais	(425.800)	(544.331)	(1.872)	(26.902)	(998.905)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Resultado Operacional (EBIT)	2.523.399	546.585	(3.099)	(26.902)	3.039.983
Margem operacional (%)	38,2%	15,1%	-844,4%	-	29,7%
Resultado financeiro líquido	-	-	-	(4.398.620)	(4.398.620)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	2.523.399	546.585	(3.099)	(4.425.522)	(1.358.637)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-	-	506.706	506.706
Lucro (prejuízo) do exercício	2.523.399	546.585	(3.099)	(3.918.816)	(851.931)
	38,2%	15,1%	-844,4%	-	-8,3%
Prejuízo atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	(621.310)	(621.310)
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas controladores	2.523.399	546.585	(3.099)	(3.297.506)	(230.621)
Total do ativo (a)	17.862.968	7.066.887	10.887	3.681.188	28.621.930
Total do passivo (a)	460.653	855.498	427	17.904.949	19.221.527
Total do patrimônio líquido (a)	-	-	-	9.400.403	9.400.403
Venda de produtos (em toneladas)	3.291.288	1.230.103	-	-	4.521.391
Mercado externo	2.835.244	403.016	-	-	3.238.260
Mercado interno	456.044	827.087	-	-	1.283.131

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

27. Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Custo do Produto Vendido				
Gastos com pessoal	(508.040)	(478.324)	-	-
Custo variável	(2.907.344)	(3.058.399)	-	-
Custos logísticos	(944.119)	(866.682)	-	-
Depreciação, exaustão e amortização	(1.373.364)	(1.227.175)	-	-
Demais custos	(840.243)	(555.260)	-	-
	(6.573.110)	(6.185.840)	-	-
Despesas Comerciais				
Gastos com pessoal	(111.022)	(96.698)	-	-
Serviços	(39.854)	(51.725)	-	-
Despesas com logística	(198.973)	(209.823)	-	-
Depreciação e amortização	(3.439)	(3.528)	-	-
Outras despesas (a)	(55.522)	(48.212)	-	-
	(408.810)	(409.986)	-	-
Despesas Administrativas				
Gastos com pessoal	(237.795)	(280.371)	(3.753)	(5.975)
Serviços	(86.889)	(110.569)	(1.241)	(18.493)
Depreciação e amortização	(26.790)	(22.639)	(66)	(57)
Outras despesas (b)	(81.820)	(71.142)	(887)	(4.107)
	(433.294)	(484.721)	(5.947)	(28.632)
Outras (despesas) receitas operacionais				
Resultado na venda de outros produtos	13.952	5.608	-	-
Resultado na venda de ativo imobilizado e biológicos	9.767	685	-	-
Resultado na atualização do valor justo dos ativos biológicos (f)	(780.666)	23.145	-	-
Provisão para perda e baixa de imobilizados e biológicos (c)	(39.725)	(53.164)	-	-
Provisão para perdas de terras ("impairment") (d)	(192.538)	-	-	-
Florestas com queimadas e déficit hídrico	(84.383)	(19.815)	-	-
Baixa parcial de ativo intangível (e)	(78.799)	-	-	-
Realização de ágio por alienação de ativos	-	(20.731)	-	-
Perda de créditos fiscais	-	(40.943)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.875	1.017	250	257
	(1.149.517)	(104.198)	250	257
	(8.564.731)	(7.184.745)	(5.697)	(28.375)

- (a) Inclui despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa, seguros, materiais de uso e consumo, viagem, estadia, feiras e eventos.
- (b) Inclui despesas corporativas, seguros, materiais de uso e consumo, projetos sociais e doações, despesas com viagem e estadia.
- (c) Em 31 de dezembro de 2016, o montante refere-se a R\$29.958 de baixas relacionadas a perdas e sinistros com ativos biológicos e R\$9.766 com ativos imobilizados da SPC (31 de dezembro de 2015, o montante refere-se a R\$46.657 de baixas relacionadas a perdas e sinistros com ativos biológicos e R\$6.507 com ativos imobilizados).
- (d) Nota explicativa 15.
- (e) Nota explicativa 16.2.
- (f) Nota explicativa 13.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

28. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes para cobrir possíveis riscos de responsabilidade, perdas materiais e lucros cessantes. O limite máximo de indenização para os ativos materiais é de R\$5.320.000, para responsabilidade civil de Administradores e Diretores (D&O), a importância segurada é de R\$200.000 e, para responsabilidade civil e geral, a importância segurada é de R\$20.000.

As florestas de eucalipto não estão cobertas por apólices de seguros devido as particularidades deste ativo. A SPC realiza o monitoramento constante através de torres de observação estrategicamente posicionadas, com utilização de sistemas de alarmes de incêndios e brigadas de incêndio treinadas para prevenir e combater estes riscos nas áreas florestais.

29. Avais e fianças

As garantias assumidas pela Companhia junto às partes relacionadas, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, eram as seguintes:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Suzano Papel e Celulose S.A.(1)		
BNDES	83.419	411.171
FNE - BNB	219.458	201.446
	<u>302.877</u>	<u>612.617</u>

- 1) Prestados como garantia de empréstimos junto ao BNDES e do Banco do Nordeste do Brasil, utilizados nas aquisições de máquinas e equipamentos e financiamentos de programas florestais, com vencimentos até 15 de janeiro de 2019;

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia reconheceu como receita financeira o montante de R\$3.262 (31 de dezembro de 2015 o montante foi de R\$12.755) referente à concessão das referidas garantias.